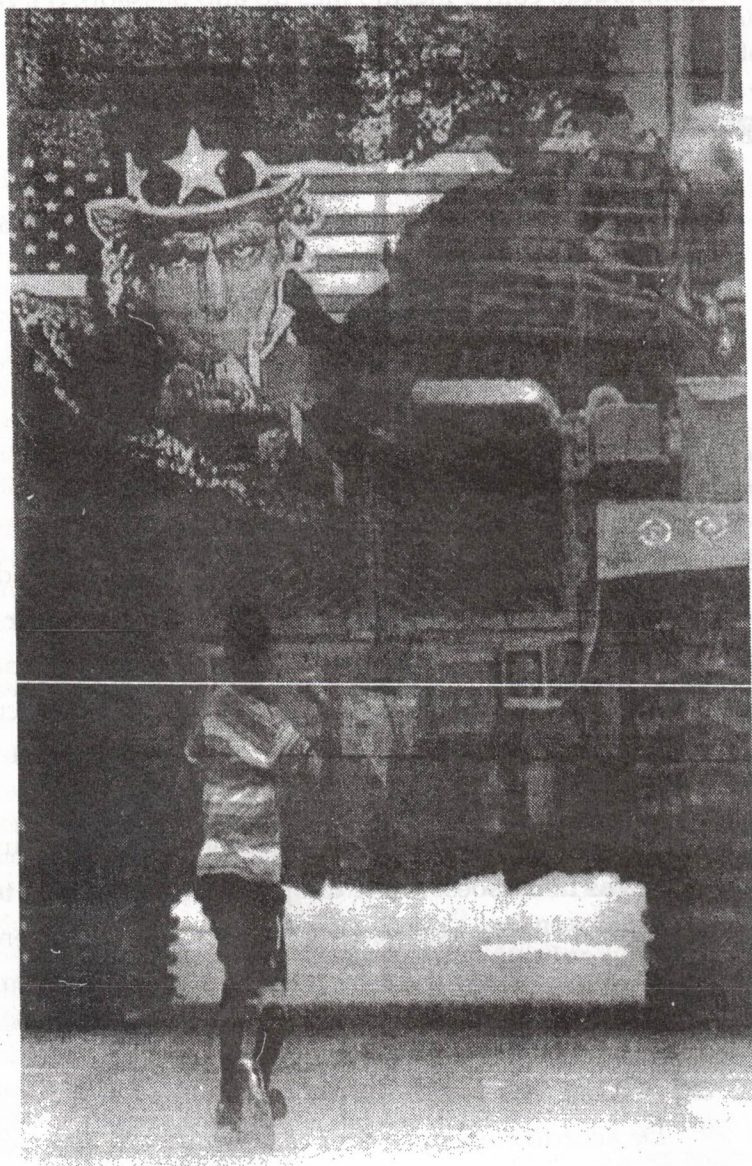


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

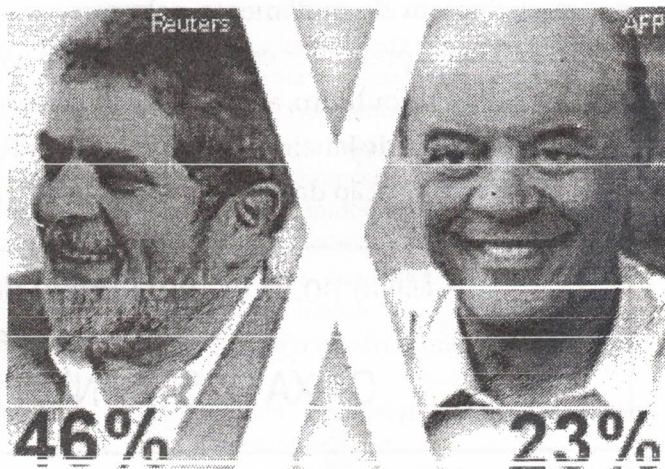
ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIII - Nº 247 - DE 07 a 21 DE OUTUBRO DE 2002- R\$ 1,00



**Os Estados Unidos
necessitam da guerra
Fora o imperialismo
do Oriente Médio!
Pôr em pé um
movimento
antiimperialista
em defesa
do Iraque!**

Eleições:

**Contra as candidaturas aprovadas
peio FMI e pelo poder econômico,
VOTO NULO PROGRAMÁTICO**



Quinzena de Luta da Classe Operária

Atividade da indústria paulista tem retração

O Indicador de Nível de Atividade (INA) da Indústria de São Paulo caiu três por cento em agosto comparado com julho, excluindo-se os efeitos sazonais e confirmando expectativas de retração em meio às recentes turbulências dos mercados, em especial com a depreciação do real, e uma taxa de ju-

ros considerada elevada.

De acordo com números apresentados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na comparação com o mesmo mês do ano passado, o INA de agosto registrou queda de 6,8 por cento.

Sobem pedidos de seguro-desemprego nos EUA

Levantando novas dúvidas sobre a recuperação da economia americana, o Departamento do Trabalho dos Estados Unidos anunciou que o número de pedidos voltou a subir na última semana de setembro. Foram registrados 417 mil novos pedidos, contra 412 mil na semana anterior.

É a sexta semana consecutiva em que esses pedidos ficam acima de 400 mil, um nível associado à estagnação do mercado de trabalho.

Os dados do seguro-desemprego mostram uma deterioração das condições de trabalho no último verão.

Mercedes, mais demissões

A empresa Daimler-Chrysler, dona da Mercedes-Benz, fez 206 demissões no dia 30 de setembro. A dispensa foi uma represália aos funcionários, após não ter conseguido as 570 adesões ao plano de demissão voluntária, aberto no mês passado, combinadas com a direção sindical. Somente 360 trabalhadores se submeteram ao pacote.

Já as direções traidoras somente fizeram protestos parciais contra os cortes. Somente três setores da fábrica de São Bernardo do Campo pararam por apenas quatro horas: ferramentaria, projeto e enge-

nharia de fabricação. Cerca de 400 trabalhadores participaram do ato, que teve até uma passeata dentro da unidade. Outra reação dos pelegos foi a de convocar o comitê mundial de trabalhadores da empresa na Alemanha. Os dirigentes alemães se comprometeram a procurar a direção mundial da montadora para falar sobre a demissão.

Com passos como estes é impossível fazer uma luta contra as demissões. Este é um problema que atinge todos os trabalhadores. É necessário organizar uma assembléia geral de todos os metalúrgicos para tirar uma campanha de luta contra as demissões.

Greve ameaça vôos da Varig no país todo

A companhia está desrespeitando pontos do acordo coletivo da categoria e dispensou 30 pilotos que participaram de movimento pela recuperação financeira da empresa. Por causa disto, foram realizadas, no dia 4 de outubro, assembléias da categoria em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre para decidir sobre a realização da greve.

De acordo com a presidente do sindicato, Graziela Baggio, há cerca de 600 funcionários em licença sem receber salários. Parte deles está afastada há mais de um ano. A licença sem salário não é permitida pelo acordo da categoria. Além desses, devem ser colocados mais trabalhadores em licença totalizando 800 funcionários.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Eleições pressionadas pelo imperialismo

Desde o momento em que o candidato do governo, José Serra, demonstrou incapacidade eleitoral e o do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, despontou como potencial vencedor, os banqueiros internacionais e suas agências de avaliação do mercado especulativo de capitais passaram a exigir um compromisso de todos candidatos com o continuísmo. Teriam de declarar respeito aos contratos contraídos por FHC, ao acordo com o FMI e aos fundamentos do Plano de Estabilização do Real. A coluna vertebral da política econômica ditada pelos credores e aplicada pelo governo não poderia ser rompida.

As pressões sobre o PT foram as mais poderosas por ser o possível vencedor. Chegaram ao ponto de exigir que o partido e Lula renegassem o documento congressual que propunha uma ruptura na cadeia de especulação e voltasse a capacidade do Estado para a produção.

Sob um movimento de desestabilização do Real frente ao dólar, o PT reviu sua retórica, considerada radical pelos banqueiros, e firmou posição pública de que faria um governo de respeito à ordem pré-estabelecida.

Mas o problema não parou aí. Os credores exigiram de FHC um novo acordo com o FMI, de forma a condicionar os passos do novo governo. Mediante o denominado "socorro" de 30 bilhões de dólares, estabeleceu-se a meta do governo elevar o superávit primário de 3,5% do PIB para 3,75%. O que resultará em mais dinheiro para pagar os credores e menos para as necessidades da economia. De forma que o Estado continue a extrair uma carga tributária na ordem de 34% do PIB, mantenha-se falido e seu governo encabrestado pelo capital financeiro nacional e internacional.

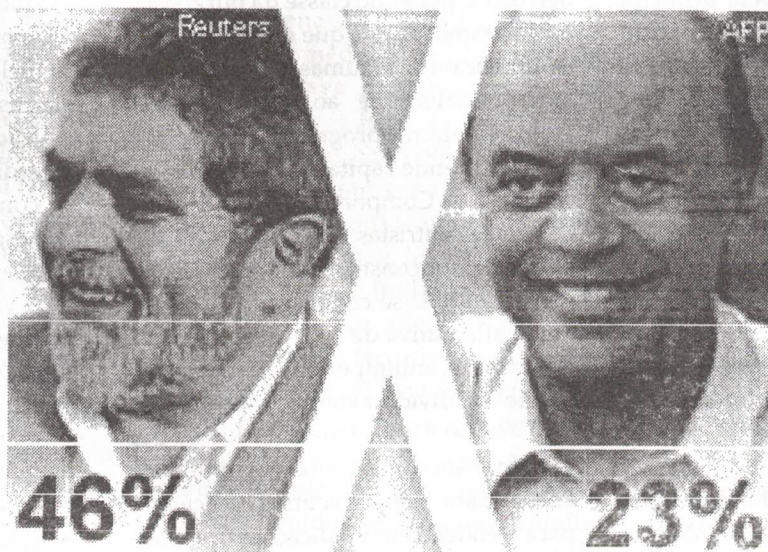
O novo acordo com o FMI implicou uma reunião de FHC com todos candidatos, para que aos olhos do País e do mundo ficasse claro que nenhum deles contestava o intervencionismo externo na política econômica do Brasil.

Está aí exposto o que é a democracia nas semicolônias. O governo que sairá das eleições mais disputadas da história política do Brasil e que arrastam a grande maioria a manifestar seu voto nasce sob a permissão e controle dos agiotas internacionais e nacionais. Ficou evidente que o PT, se quisesse ganhar as eleições, teria de contar com o apoio de setores do grande capital. Para isso, teria de se aproximar dos ditames do FMI e se colocar abertamente em defesa das diretrizes do grande capital.

As massas são arrastadas por detrás de seus algozes

Espera-se no dia 6 de outubro a presença massiva dos aproximadamente 110 milhões de eleitores, pouca abstenção, votos brancos e nulos quase inexistentes. A milionária campanha dos candidatos Lula, Serra, Ciro e Garotinho e o clima de disputa montado em todo país contagiaram a grande maioria. A fase das pré-candidaturas foi marcada por crises internas aos partidos e de antigas alianças, bem como por denúncias de corrupção, ao ponto de servirem para quebrar uma das candidaturas do PFL, a de Roseana Sarney. O PFL, um dos maiores partidos da oligarquia, acabou se anulando e seguindo este ou aquele candidato, incluindo Lula. Passada a turbulência inicial e estabelecido o quadro das candidaturas, chegou o momento das forças burguesas se alinharem. O representante do grande capital seria José Ser-

ra, mas as massas que experimentaram por dois mandatos o governo FHC já não deixaram levar pelo oficialismo. Por outro lado, a política econômica pró-imperialista de FHC acabou provocando divisões na classe burguesa, que resultou na quebra da aliança PSDB, PFL, PMDB. O PT/Lula partia de um capital de 30% dos eleitores e logo o elevaria. Evidenciou-se que as massas caminhavam para o PT. Essa situação obrigou um realinhamento de posições. O PT iria se dirigir com mais determinação para os braços dos capitalistas, abandonando a retórica do nacionalismo pequeno-burguês e terceiomundista do passado. E setores do grande capital sairiam ao encontro do novo cristão (Lula) para lhes dar as boas vindas. As desavenças e incompreensões do passado entre o PT/Lula, considerados subversivos, e a burguesia, considerada oligarquia autoritária (nem toda burguesia, há os considerados progressistas). A esse propósito temos o exemplo do encontro lírico de Lula com os latifundiários, criadores de zebu e usineiros, bem como com banqueiros da Febraban etc. Estabeleceu-se assim que os quatro candidatos disputariam o apoio do poder econômico e fariam uma campanha sem agressões e de alto nível. A diretriz seria a de apresentar programas, metas, soluções para os "problemas brasileiros" e assim envolver a "sociedade brasileira". Todos os candidatos sabem que o País está quebrado, penhorado com os credores internacionais, a produção encalhada e que a situação do capitalismo internacional é uma das piores nos últimos tempos. Todos sabem que o desemprego atingiu patamares insustentáveis, que irá avançar ainda mais e que a miséria da população acumula tendências sociais explosivas. Nesse último fator, o das tendências explosivas subterrâneas, todos verificaram o descontentamento da população oprimida frente ao governo de FHC. O próprio José Serra procurou se desvencilhar da imagem de



Lula e Serra disputam 2º turno para constituir governo pró-imperialista.

candidato governista. Autoapresentou-se como ser e não ser filhote de FHC/FMI. Mas não pôde, no primeiro turno, deslocar a maioria a seu favor. Esteve abaixo de Ciro Gomes no início da campanha. Precisou da máquina governamental e muito dinheiro para colocar-se no segundo lugar. Lula sustentou seu índice e cresceu. Para sustentar o primeiro lugar, contou com uma campanha milionária, à altura de José Serra. A aliança com o megaempresário José Alencar (PL) deu-lhe a base política e financeira de que precisava. As massas se empolgariam com tantas promessas de emprego, desenvolvimento econômico, escola, saúde etc. O descontentamento pôde ser canalizado para a festa da democracia e sobretudo para a bandeira de "mudança".

Lula chegou ao final da campanha com o índice de quase 50%. O que o levou declarar triunfante de "que ninguém ouse desafiar a classe trabalhadora". Mas a verdade é que as massas famintas misturarão seus milhões de votos com os de grandes capitalistas, industriais, usineiros e mesmo de banqueiros, ou de seus agentes (Lula ganhou adesão na Bolsa de Valores). Escravocatas capitalistas e escravos operários são colocados no mesmo terreno sob a política de um partido que se denomina "dos Trabalhadores" e que tem como candidato à presidência um operário metalúrgico. Em qualquer eleição os explorados estão sob intensa pressão da política burguesa e são levadas a se manifestar inconscientemente e passivamente por detrás dela. Os explorados elegem seus exploradores por mais um mandato. Desta vez, a particularidade está no fato de, pela primeira vez na história do Brasil - e um caso raro no mundo - poder chegar à presidência um operário, que despontou na política por meio das greves do ABC, em fins dos anos 70, e gigantescas assembléias da Vila Euclides. Mas, para isso, teve de expressar, com o PT, a lei da democracia burguesa: os oprimidos têm de se arrastar por detrás da política dos opressores.

O trabalho incessante por construir o partido do proletariado

O arrebanhamento dos famintos, desempregados, sem-terra e da maioria empobrecida para as eleições mostra

que o proletariado carece de, independência de classe. Independência que se alcançará construindo o partido da revolução. É com esse instrumento que se criam as condições para intervir no campo político da burguesia, que é a sua democracia e suas eleições, e para ajudar os explorados a superarem pela experiência as ilusões democráticas. A ausência do partido que organize uma fração consciente e dirigente das lutas é um obstáculo para acelerar a quebra das ilusões burguesas.

Tivemos dois partidos de esquerda que lançaram candidaturas próprias - ambos se reivindicam do marxismo, leninismo e do trotskismo. Não apresentaram diferenças substanciais entre si. Apresentaram-se sob a mesma estratégia de chamar o voto por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo. Apresentaram bandeiras antiimperialistas, reivindicações econômicas e sociais dos explorados. Duas características marcaram a campanha do PSTU e PCO: 1. Subordinar a estratégia e as bandeiras à democracia burguesa, portanto, ao voto. Chama-se o voto como alternativa ao PT, que deixou de expressar a aspiração das massas por um governo próprio, que seria o governo dos trabalhadores, oposto, portanto, a um governo da burguesia. Tanto o PSTU quanto PCO, no passado, defenderam a bandeira de voto em Lula por um governo dos trabalhadores. Trata-se de uma bandeira de poder adaptada (governo) à democracia burguesa e ao mecanismo eleitoral. 2. Não fizeram a defesa da revolução proletária, da estratégia da ditadura do proletariado e do método insurrecional para derrotar o poder de classe da burguesia. Está aí também por que suas bandeiras se limitaram a algumas reivindicações antiimperialistas e ao economicismo. Não colocaram o programa de expropriação do grande capital nacional e imperialista. Comportaram-se como correntes centristas que se utilizam das eleições para construir um partido centrista. O PSTU se colocou por construir "uma alternativa de esquerda" que parta de tarefas antiimperialistas (não pagamento da dívida externa, ruptura com FMI e Alca) e que ataque "os lucros dos grandes bancos e corporações multinacionais" para "gerar recursos suficientes para atender as reivindicações e necessidades dos trabalhadores e do povo".

(Folha de São Paulo, 30/9) Uma clara orientação de nacionalismo radical. Nesse sentido, o PSTU se coloca por constituir um novo partido com a esquerda petista descontente. PCO tem as eleições como instrumento estratégico. "Para o movimento operário e o conjunto da população explorada, o grande desafio é construir uma alternativa real nestas eleições e no próximo período: um novo partido, com um programa de luta por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo" (Folha de São Paulo, 30/9). Não por acaso, PCO apresentou uma política tão oportunista quanto o PSTU nas eleições. Ou seja, afastaram-se de qualquer formulação que denunciasse a democracia burguesa e a farsa eleitoral e que colocasse para o proletariado a estratégia da revolução e ditadura proletárias. As condições políticas estavam dadas para denunciar o capitalismo, o imperialismo e os partidos concorrentes, particularmente o PT, e colocar para a maioria oprimida as tarefas revolucionárias. O POR formulou divergência quanto à estratégia do governo dos trabalhadores desde o momento em que esta serviu para tais correntes defenderem o voto no PT. Ela é contraposta à estratégia do governo operário e camponês, expressão da revolução social e da ditadura do proletariado. Ao transferirem para sua política eleitoral a linha do governo dos trabalhadores, confirmaram o oportunismo centrista.

O POR manteve sua posição de voto nulo programático, dada a impossibilidade de atuar com candidaturas próprias. O seu fortalecimento por meio do trabalho no seio do proletariado e demais explorados, com o programa da revolução proletária, nos permitirá combater em melhores condições as ilusões democráticas. É por esse caminho que será organizado o partido-programa e subordinado a ele se coloca a luta eleitoral contra os partidos da burguesia e pelo esgotamento das ilusões criadas entre os explorados.

A crise capitalista tem favorecido o trabalho pela construção do partido e ela prosseguirá com maior intensidade sob o novo governo burguês. Não se trata de construir um novo partido eleitoral mais à esquerda ou centrista; trata-se de pôr em pé o partido que lute por um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

A milionária campanha do PT expressa o aburguesamento do partido

A campanha de Serra, candidato do governo e do PSDB, já custou R\$ 40 milhões. Este valor se aproxima do gasto na campanha de FHC em 1998, que foi de R\$ 43,5 milhões. Mas a expectativa é de gastar R\$ 60 milhões, conforme declaração feita ao TSE.

O PT não tem ficado atrás. Em dois meses de campanha, já gastou R\$ 11 milhões, ou seja quatro vezes o que gastou em 98. Na realidade, são R\$ 15 milhões, se abranger o pacote fechado incluindo a campanha de Lula, Genoino, Benedita, Mercadante, Dirceu e Vicentinho. Para o TSE foi declarado o valor de R\$ 36 milhões a ser gasto até o final da campanha. Como se vê, essa cifra milionária de gasto com campanha eleitoral é típica dos partidos burgueses. O PT alega que essa cifra rica corresponde ao orçamento do partido, elevado nos últimos anos com a conquis-

ta de mais prefeituras, deputados etc. Nove milhões saíram dos cofres do fundo Partidário, contribuição dos 297 mil filiados e dos comissionados que trabalham nas prefeituras e gabinetes dos parlamentares. Mas o grosso é proveniente de doações do empresariado. A cada 5 dias visitam 300 empresários.

A campanha milionária do PT mostra bem o grau de aburguesamento desse partido, que está comprometido com os interesses dos capitalistas, pois, caso contrário, não receberia doações do setor que detém o poder econômico.

A dependência econômica do partido está determinada pela dependência política ideológica. E que o PT está nas mãos da burguesia e governará para os seus aliados, contra os trabalhadores. A nova fase, denominada "Lula paz e amor", expressa isso. Alguém ainda duvida do caráter desse partido?

Modo petista de governar

Prefeitura de SP reduz o orçamento em 8,5% Saúde e Educação serão as áreas mais afetadas

O corte de 8,5% no orçamento municipal de 2002, determinado por Marta Suplicy, afetará mais a área da saúde. São R\$ 115 milhões a menos. Assim, inviabilizará investimentos e compras, num setor já bem sucateado. O estoque de remédios foi reduzido. O chefe de gabinete afirma que não há mais dinheiro para iniciar desapropriações para um hospital e 5 unidades básicas. Está ameaçada a construção de 8 postos de saúde e do Hospital Cidade Tiradentes, que está ainda em projeto. Também reduziu gastos com o Programa de Saúde da família.

Na educação, ocorrerá o corte de R\$ 100 milhões. Segundo o chefe de gabinete, Maria A. R., "não ocorrerá impacto significativo" e acrescenta: "como o principal projeto "os escolões" já estavam atrasados por causa do TCM, o dinheiro será agora "economizado" com a alteração do "cronograma de sua viabilização".

A secretaria Finanças atribui o corte no orçamento à crise econômica. De fato ela existe. O problema está na maneira de encará-la. Para os petistas que se tornaram gerenciadores do estado capitalista falido, a solução também passa pelo "corte dos gastos". É por isso que esses serviços do capital falam em cortes com tanta naturalidade. Só os trabalhadores sofrem de fato o impacto dessas medidas. Pois, para quem já está à mingua, os cortes significam mais miséria.

Prefeitura amplia em 77% os gastos com publicidade dos projetos sociais demagógicos eleitoreiros

A previsão de gastos com publicidade para esse ano era de R\$ 22,7 milhões, valor que representa 34,7% maior que o do ano passado. Mas, até o momento, segundo dados do Serviço de Execução Orçamentária da Câmara, o valor já chegou a R\$ 40 milhões, ou 77% a mais do montante previsto.

A administração procura dizer que o gasto não é eleitoral e

sim para mostrar transparência. Assim o Secretário de Comunicação atribui esse valor à campanha contra a dengue e a divulgação dos projetos sociais, como renda mínima e a distribuição dos uniformes e kits escolares.

Todos sabem que SP é uma das vitrines da campanha de Lula. O gasto faz parte da campanha eleitoral do PT. Porém, o funcionalismo não esquece que tais projetos sociais estão sendo financiados às custas da redução das verbas da educação e do arrocho salarial.

Reuniões Gerais de Pólo: mais propaganda eleitoral das "dádivas" do PT

No dia 25 de setembro, ocorreram reuniões gerais de pólo, convocadas pela Secretaria Municipal e aplicadas pelos NAIS (Núcleos de Ação Educativa). Abordaram vários temas, na forma de palestras, oficinas e debates. No NAI 13, um dos temas foi "Subprefeituras um novo olhar para a cidade de SP". Os debatedores foram o subprefeito de S. Mateus e o assessor da SME, um ex-supervisor da região.

O subprefeito descreveu a situação paupérrima da região. A falta de bibliotecas públicas, cinemas e lazer. A incidência de buracos nas avenidas, as inchentes motivadas pelos córregos. A concentração da pobreza formando as favelas, com o crescimento da população, principalmente no Iguatemi, Parque S. Rafael. E a situação de abandono pelas parcas verbas. Informou que as antigas regionais (28) foram transformadas em subprefeituras (31) e que estas contarão com mais coordenadorias. Afirmou que com a descentralização, ou seja, com a autonomia das subprefeituras, os bairros mais pobres poderão ser atendidos no Orçamento Participativo. Enquanto que a centralização do passado acabava favorecendo áreas menos carentes.

O representante da SME repetiu a cartilha impressa pela prefeitura. Frente ao bolsão de miséria, apresentou os míseros

projetos sociais demagógicos. Citou os piscinões contra as enchentes. O IPTU progressivo, como se fosse vantagem aos desempregados pagar impostos "menores". A construção de 2 míseras creches no bairro, quando a demanda implica em atender milhares e não dúzias de crianças. Falou do concurso para ADIS, da volta do MOVA para educação de adultos e da contratação dos concursados, que tem gerado verdadeiro caos na rede. Finalizou com a campanha de Lula, alegando ser o governo dos "sonhos" já que não estamos no socialismo.

Ao abrir o debate, indagado sobre o arrocho salarial, o corte das verbas, a aplicação da LRF e o corte dos direitos trabalhis-

tas, informou que o partido age dentro da legalidade. Que os 2% são fruto da negociação com as entidades. Com relação à municipalização branca, informou que a SME teve de aceitar a imposição da SEE. E que lamentava a nossa cobrança de abertura de salas e construções de escolas no Jardim Santo André, que, ao seu ver, deveríamos cobrar somente o governo estadual. Sobre as perseguições políticas do governo Alckmin, lamenta não poder contratar, pois a SME não tem controle sobre a Secretaria de Gestão e Administração.

Como se vê, o PT foi sabatinado e teve de expor as suas contradições. Que nada tem de democrático e de popular.

30% é a proposta de corte no orçamento federal de 2003

O próximo presidente deverá cumprir essa meta

Na proposta de Orçamento para 2003, está previsto uma queda de mais de 30% nos investimentos públicos. Os cortes mais acentuados de verbas têm como alvo as áreas de organização agrária, saneamento e habitação, em torno de 60%, segundo o levantamento feito pelo Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos). As despesas com saúde crescem 5,3% e, portanto, menos do que a inflação projetada no próprio projeto, que é de 9,48%. Os gastos com a educação não ficam atrás, registram queda de 3,18% com relação ao Orçamento de 2002.

Mesmo elevando o salário mínimo de fome para R\$ 211,00, os gastos com a Previdência Social farão o déficit pular para R\$ 19,6 bilhões. Se o novo presidente conceder um aumento maior do que os 5,5% previstos, o rombo nas contas da

Previdência será ainda maior. Está dada pela burguesia a tarefa ao novo presidente, continuar a reforma da previdência iniciada por FHC. E mais, negociar o aumento dos impostos com o Congresso após as eleições, antes da posse, pois a arrecadação cresce menos da metade da inflação. Convida a prorrogar a alíquota de 27,5% do Imposto de Renda para quem ganha mais que R\$ 2.115,00, medida claramente impopular. E para finalizar, o documento mostra que enquanto o PIB tende a crescer 1,5%, os juros superaram a inflação em 20%, pulando de R\$ 56,6 bilhões para R\$ 67,5 bilhões.

Como se vê, a crise econômica se agravará. Os capitalistas continuarão lucrando, com altas taxas de juros, com a desvalorização da moeda e a exploração do trabalho, através do arrocho e da ma-

nutenção do salário mínimo de fome. Aos trabalhadores cabe mais sucateamento dos serviços públicos (saúde, educação, previdência etc.) e mais impostos.

Alguém ainda duvida do porque Lula está sendo bem cotado entre os setores da burguesia para assumir a presidência? O PT tem uma vantagem sobre os demais partidos, que é a influência sobre os trabalhadores através do controle sobre os sindicatos. Esse elemento é fundamental para implantar o pacto social diante do agravamento da crise e conseguir avançar nas reformas pró-imperialistas.

Devemos rechaçar qualquer colaboração com o governo e a burguesia. A vida dos trabalhadores será defendida pelos próprios trabalhadores.

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

As prefeituras petistas têm cumprido o receituário neoliberal

O número de municípios que cumpriram a LRF, não enviando os balanços das suas contas ao Tesouro no prazo (30/04), quase dobrou, passando de 198 para 380. O número de prefeituras irregulares pulou de 2.349 para 3.425. Dos 24 partidos que comandam 5.559 prefeituras no país, 15 infringiram a LRF. Os partidos que encabeçam a lista com 60,69% das cidades que não entre-

garam suas contas de 2001, são PFL, PMDB e PSDB e que têm o maior número de prefeituras.

Os partidos que sabotam a LRF são os mesmos que a apóiam. Porém, nesse momento, priorizaram dar o calote no governo federal, pois precisam barganhar votos dos trabalhadores a troco de migalhas.

Somente as prefeituras petistas cum-

priram a LRF na íntegra. Cortaram gastos com o funcionalismo para ter receitas e poderem pagar em dia os juros das dívidas interna e externa. Atacam os trabalhadores sem remorso.

É a legalidade, a transparência e a fidelidade à burguesia que dirige o PT. Não é à toa que esse partido está sendo bem cotado pelos empresários e FMI para governar o país.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Encontro da juventude para discutir o socialismo impedido de debater o socialismo

O I encontro estadual de jovens do campo e da cidade, realizado em Londrina-PR, no final do mês de agosto, em que um dos temas para debate era o socialismo, acabou sendo um evento despolitizado e esvaziado em que os participantes se limitaram a ouvir palestras e discutir os temas em grupos aos quais pertenciam os membros de sua própria delegação, com o objetivo de preparar questões acadêmicas para os palestrantes.

O encontro foi organizado por setores do PT e do MST que, sensíveis ao desgaste que a política de colaboração de classes provoca na juventude, montaram um circo, como se fossem debater o socialismo, numa tentativa de segurar uma eventual debandada da juventude do redil reformista. O PSTU compareceu ao evento, cuidando-se, contudo, de declarar antecipadamente seu voto no PT no segundo turno, mesmo que para isso tenha de "tampar o nariz".

A Corrente Proletária participou da atividade com um panfleto sobre o socialismo e tentou colocar, no curto tempo

em que funcionaram grupos de discussão, a necessidade de se tirar encaminhamentos políticos práticos. O cerco imposto pelo MST e PT, no entanto, impediu que a proposta fosse encaminhada, abortando toda possibilidade de se avançar no debate sobre o temário proposto.

Os organizadores evidentemente não tinham nenhuma intenção séria de debater o tema do socialismo, usando este apenas como motivo para atrair setores da juventude que despertam para a mobilização, pressionados pelo esmagamento de suas condições de vida. Se fosse colocado em discussão, não seria possível evitar que se abordasse o problema da revolução, das transformações econômicas e sociais, da ditadura do proletariado e das tarefas pela sua construção. Por isso tinham de evitar a todo custo a discussão e encaminhamento de tarefas políticas, como propôs a Corrente Proletária. Para evitar a tomada de decisões concretas, abortaram os debates e o substituíram pelas cantorias incoerentes.

As formas burocratizadas de discussão são opostas às tendências criadoras da juventude e tendem a anular as suas potencialidades. A democracia é fundamental no processo de formação do pensamento, pois é necessária à liberdade para se ter clareza das idéias. Ao contrário do que a escola capitalista faz, incutindo o medo e cerceando a liberdade de pensamento como formas de reforçar o poder de dominação e controle.

A lição que precisamos aprender deste evento é a necessidade de organizar um outro encontro da juventude, porém, seriamente dedicado a aprofundar a discussão das tarefas da juventude no processo de construção da revolução proletária, livre, portanto, do cerco reformista. Um encontro auto-convocado por organizações autônomas da juventude e que se oponha abertamente à linha de colaboração de classes hoje predominante.

Abaixo, publicamos o texto para o 1º Encontro da Juventude da cidade e do campo no Paraná:

Contribuição à discussão do I Encontro Estadual de Jovens do Campo e da Cidade

Conjuntura Crise capitalista ameaça desintegrar os povos oprimidos

A situação internacional está marcada pelas tendências recessivas que expressam a crise mundial do capitalismo, ressaltando as suas contradições mais profundas. O modo de produção baseado na exploração do trabalho assalariado vive um processo de desintegração. Não pode mais desenvolver as forças produtivas, antes tem que destruí-las para poder continuar existindo.

A necessidade de desovar os estoques das multinacionais nos países atrasados e a ganância dos especuladores das dívidas públicas motivam as medidas neoliberais. Sua essência está na abertura dos mercados às multinacionais

e na criação de meios para assegurar o parasitismo financeiro (privatizações, aumento e criação de impostos, cortes de gastos e investimentos públicos nos serviços sociais, como educação, saúde, previdência, etc). Esta ofensiva antinacional e antipopular tem levado as economias e as condições de vida das massas a retrocessos históricos.

As disputas regionais e étnicas são um meio pelo qual bandos capitalistas abocanham grandes regiões produtoras de matérias primas, para venderem armas e para aumentarem o endividamento com a reconstrução daquilo que suas próprias bombas acabaram de destruir. As características mais profundas da etapa imperialista do capitalismo saltam aos olhos na atualidade, comprovando a vigência da teoria do socialismo científico. Basta ver: o domínio e expansão dos

monopólios nunca se realizaram com tanta força; as fusões entre multinacionais batem recordes, concentram capital e impulsionam o desemprego; o domínio e a expansão do capital financeiro estrangulam as possibilidades de crescimento produtivo e reforçam a necessidade de controle imperialista sobre as matérias-primas; a circulação de capital especulativo é maior que o comércio internacional e cria possibilidades de grandes quebras; os países imperialistas dominam e disputam o mercado mundial em proporção cada vez maior, pois os países atrasados têm recuado nas exportações; a guerra comercial entre as potências manifesta-se nas retaliações e nas guerras nos países atrasados, seja entre eles, com as potências por detrás, ou seja contra eles, sob os bombardeios imperialistas.

A economia mundial sofre da crise de superprodução. Há uma enorme capacidade tecnológica desenvolvida, que não pode ser plenamente aplicada por causa da miséria crescente imposta pela concentração de mercados e capital. Para aplicar plenamente todo o potencial produtivo desenvolvido, é preciso quebrar o controle capitalista dos meios de produção e colocá-los não mais a serviço do lucro de um punhado de parasitas, e sim nas mãos da maioria da população. **A humanidade sente na pele cada vez mais o dilema socialismo ou barbárie, pois esta já se manifesta por toda parte.**

Na América Latina, as medidas da ofensiva neoliberal contra as massas têm sido aplicadas pelos governos civis eleitos, que agem repressiva e autoritariamente. A maior aceleração na aplicação delas em alguns países alimentou a sãha especulativa e os precipitou em graves crises. Os elementos comuns são: crise cambial, aumento do déficit da balança comercial, quebras bancárias, falência estatal.

O agravamento da crise econômica aumenta as disputas entre os bandos burgueses, que não permitem alcançar plenamente a democracia burguesa e utilizá-la como meio de solução dos seus conflitos. Os parlamentos tornam-se então marionetes dos desmandos do capital internacional e palco das negociatas interburguesas. Os governos são os porta-vozes dos organismos internacionais e utilizam os meios mais repressivos contra os movimentos que se levantam contra o aumento da fome, miséria e desemprego causado pela aplicação da diretriz neoliberal. A escalada repressiva dos governos "democráticos", como aquela das ditaduras militares, mostra o verdadeiro conteúdo da democracia burguesa, o de ditadura de classe dos capitalistas.

As recentes lutas de massa na América Latina chocam-se contra as medidas ditadas pelo imperialismo, apontam em cada país para a unidade antiimperialista. Para ser conseqüente, a luta antiimperialista tem de combater as burguesias nacionais, pelas suas ligações umbilicais com o imperialismo e sua submissão histórica. Dessa forma, a luta antiimperialista coloca a oposição entre classes sociais antagônicas: a burguesia e o proletariado, assumindo o caráter anticapi-

talista. **A tática da classe operária é a da Frente Revolucionária Antiimperialista**, que significa a unidade das classes e setores oprimidos pelo antiimperialismo, sob a direção proletariado, para enfrentar a opressão nacional. Esta tática se opõe à política de unidade pró-burguesa desenvolvida e aplicada pelos partidos burgueses, reformistas e estalinistas, que coloca a maioria nacional a reboque dos capitalistas nacionais. Opõe-se também às frentes eleitoreiras e de conciliação de classe, que só levam as massas a apoiarem seus carrascos, e constrói-se em contraposição a elas.

A ofensiva norte-americana pela implantação da Alca é um dos sinais mais típicos da crise mundial. Para os ianques, a formação de um bloco econômico é uma necessidade para fazer frente às disputas com o bloco europeu e para ampliar a opressão sobre os países atrasados. Claramente, os EUA pretendem que os países do continente eliminem qualquer proteção comercial, enquanto o governo ianque as preserva em seu território.

A luta contra a Alca é a luta contra o aumento da opressão nacional. Trata-se de defender a vida das massas e não as burguesias nativas, ou seus setores que irão quebrar.

Para acabar com a opressão nacional das metrópoles imperialistas, para acabar com o atraso semicolonial e para colocar os meios de produção nas mãos das massas oprimidas, devemos levantar o seguinte programa antiimperialista e anticapitalista:

- **Ruptura de todos os acordos e pactos com o imperialismo;**
- **Desconhecimento da dívida externa;**
- **Expropriação das empresas imperialistas e do grande capital nacional;**
- **Expropriação e nacionalização dos bancos e criação de um banco estatal único;**
- **Controle operário da produção**
- **Pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina**

Socialismo Pela revolução proletária

Diante do quadro de desintegração mundial a burguesia brasileira subserviente ao imperialismo está obrigada a reproduzir a barbárie na escala em que a desintegração mundial exigir. Mesmo assim alguns setores da esquerda brasi-

leira desenvolvem a tese nacionalista e pequeno-burguesa reformista da possibilidade de desenvolvimento do capitalismo nacional independente voltado para o mercado de bens de consumo e sustentado pela gradual distribuição de renda e propriedade da terra. Trata-se de uma tese ilusória e reacionária. É parte do ilusionismo reacionário considerar que a democracia burguesa pode ser instrumento para se alcançar à independência e voltar o Estado para erradicar o atraso do país. Não há solução progressiva intermediária para a decomposição econômica e social, como supõe o nacional-reformismo.

É necessária a expropriação dos principais meios de produção, as fábricas e as terras, para superação do atraso e a conquista de independência nacional. Sem que a luta de classes se direcione para expropriar a grande burguesia industrial e comercial não será possível quebrar a oligarquia latifundiária e tirar o país do controle imperialista. As premissas objetivas para a revolução proletária estão amadurecidas em nível nacional e internacional. A tarefa essencial do proletariado é se constituir em classe dirigente da maioria explorada, independente da burguesia e de seus agentes, para tomar o poder pela insurreição e armamento popular. Sem o domínio do Estado pelo proletariado e o esmagamento da contra-revolução, não há como expropriar o poder econômico e emancipar o país do imperialismo.

O campesinato e os trabalhadores do campo representam a maior parte das massas exploradas do Brasil. São os principais aliados da classe operária na luta por terminar com o capitalismo. Nas últimas, décadas se aprofundou o processo de expulsão dos camponeses de suas terras e a penetração do grande capital nacional e estrangeiro no campo. O regime de concentração da propriedade submete milhões de trabalhadores à fome e ao desemprego; às repressões dos grileiros, jagunços e das forças policiais.

Frente a esta situação, a Corrente Proletária na Educação chama a todos a lutar pela expropriação das terras dos latifundiários e das empresas capitalistas e pelo trabalho coletivo na agricultura. Chama também à defesa do governo operário e camponês, expressão do regime da ditadura do proletariado nas condições da formação social brasileira. A

aliança operário-camponesa se tornará inquebrantável se apoiada na maioria nacional, que inclui as frações oprimidas da pequena burguesia das cidades.

Tarefas Políticas da Juventude

O futuro para a maioria da juventude trabalhadora é o desemprego e a degradação progressiva de qualquer perspectiva de vida digna e produtiva. A desintegração do regime capitalista se mostra particularmente pernicioso no desperdício da imensa capacidade produtiva representada pelas jovens gerações que não encontrarão ocupação produtiva devido à crise de superprodução. Até os jovens da pequena-burguesia são crescentemente ameaçados pelo fantasma do desemprego e do subemprego.

Por outro lado, a violência decorrente da desagregação capitalista faz da juventude seu alvo prioritário, pois as diversas formas do crime se alimentam da sua energia, recrutam seus quadros no seio de setores juvenis desesperados e são também jovens as vítimas das mais brutais agressões.

Há que combater toda política que pretende converter a juventude em massa de manobra da burguesia, à margem da identidade de classe à qual o jovem pertence, e que estimula o seu embrutecimento. A juventude estudantil e trabalhadora ocupa o primeiro posto do combate antiimperialista. Por isso é necessário quebrar a manipulação da juventude pela burguesia, organizar os secundaristas, os universitários, a juventude trabalhadora das cidades e do cam-

po numa grande organização de massas: junto à classe operária.

Para construir a organização da juventude a Corrente Proletária na Educação defende os seguintes pontos básicos:

- **Nenhum jovem fora da produção (jornada de 4 horas no trabalho e o restante na escola);**
- **Proibição do trabalho incompatível com o seu desenvolvimento físico e mental;**
- **Acesso à escola pública a todos em todos os níveis;**
- **Sistema único de ensino público, gratuito e laico, com o fim do ensino privado;**
- **Salário mínimo que atenda as reais necessidades (R\$ 2.000,00);**
- **Por uma escola controlada pelos trabalhadores e estudantes**

Publicamos abaixo trecho do boletim da Corrente Proletária Secundarista

A luta contra a Alca e a Base de Alcântara tem de continuar

Mais de 10 milhões, no plebiscito, disseram não à Alca. O importante do movimento foi o fato de ter dado um primeiro passo de tomada de consciência sobre o significado econômico, social e militar da implantação da Alca e da instalação da Base militar norte-americana de Alcântara.

Quanto à Alca, os operários, camponeses, a juventude e demais oprimidos disseram não ao aumento do domínio econômico do imperialismo sobre a América Latina. Quanto à Alcântara, disseram não à ofensiva militar dos Estados Unidos. Alca e Alcântara são duas faces de uma mesma moeda.

O poder econômico do imperialismo vem acompanhado do domínio militar. Basta dar uma olhada na quantidade de bases militares que estão sendo instaladas no mundo todo para ver a ofensiva militarista. Basta ver que os monopólios exigem maior submissão dos países atrasados para que entendamos a necessidade da luta contra o imperialismo. Os governos e as burguesias desses países são coniventes e atuam contra seu próprio povo. Por isso, não podem travar a luta antiimperialista e acabam sendo entreguistas.

A Alca/Alcântara tem tudo a ver com a guerra dos Estados Unidos contra

o Afeganistão e a que está sendo preparada contra o Iraque. Tem também tudo a ver com o massacre de Israel contra os palestinos.

O crescimento do domínio imperialista tem como consequência o maior atraso econômico dos países semicoloniais (oprimidos) e maior ataque dos capitalistas contra os trabalhadores (desemprego, rebaixamento salarial, destruição de conquistas sociais e fome). Só a classe operária e demais explorados podem resistir a essa voracidade dos capitalistas.

Dissemos que o plebiscito foi apenas um passo. De nada adiantará caso pare aí. É preciso dar continuidade a esse movimento organizando os trabalhadores e a juventude, saindo às ruas em manifestações crescentes. É preciso que a classe operária tome a frente constituindo os comitês de frente única antiimperialista. A juventude deve participar ativamente da luta antiimperialista.

É preciso reagir diante do que achamos errado

Os estudantes da Corrente Proletária da Educação na escola Dr. Alarico Silveira questionaram a imposição de uma

Olimpíada cultural, que promovia a concorrência entre os estudantes. O descontentamento com o fato logo atingiu uma parte dos secundaristas que não queriam se sujeitar à competição.

Duas idéias foram importantes para reverter o caráter impositivo da Olimpíada. A denúncia de que o aluno que não participasse da Olimpíada poderia ficar sem as notas do 4º bimestre, que para participar tinha de pagar uma taxa. A segunda, era que a Olimpíada não promovia o conhecimento, mas sim colocava os estudantes em concorrência. Nesse ponto diz a nota da Corrente Proletária: "Não queremos que a escola reproduza a lógica do mercado, pois isso é próprio do sistema capitalista que no dia-a-dia nós presenciamos".

O questionamento surtiu efeito. Obrigou os responsáveis pela Olimpíada percorrerem as salas dizendo que não era obrigatório e que da próxima vez fariam diferente.

O importante da experiência é que não devemos nos calar diante das coisas erradas. Para isso, é preciso que os estudantes estejam organizados. A Corrente Proletária na Educação cumpre essa tarefa.

Arrocho salarial e fechamento de escolas: política educacional do PSDB

Depois de 8 anos, o governo de São Paulo (Geraldo Alckmin) concedeu 5% de reajuste salarial e um bônus. O bônus será efetuado tomando como referência as faltas e os resultados do Saresp. O que sabemos que é que os aposentados e os afastados por licença médica ou outro tipo, estão fora do bônus. O valor também depende do número de aulas. Ou seja, quem teve a desgraça de assumir poucas aulas, levará como bônus uma esmola. Os 5%, sequer se referia a inflação do ano. Não por acaso que nem se percebe esse valor no holerit.

Enquanto o governo arrocha os salários, esbanja dinheiro nas viagens de Chalita (Secretário de Educação). Só em uso de aeronaves, em menos de 4 meses, gastou-se R\$79.399,67. Sem dizer da fábula que foi empregada no cursos circuito-gestão, que inclui hotéis, empresas, palestrantes etc. De um lado, o governo corta os recursos da educação (congela salários, retira recursos da educação para pagamento das dívidas, desvia para outros setores etc), de outro, usa o que tem para encher os bolsos das empresas privadas e no festival de maravilhas pedagógicas promovidas pelos tais cursos de gestão.

A marca do PSDB: fechamento e superlotação de escolas públicas

Os dados indicam que 40,2% das escolas públicas no Estado de São Paulo possuem mais de 35 alunos por sala de aula. E, no ensino médio esse índice chega a 78,6%. O governo pode alegar que a lei permite 45 alunos, mas mesmo assim 1 a cada 20 escolas possui mais do que isso, chegando à beira de 60 alunos.

Essa situação não pára aí. Em seis anos (1995-2001), 68,1% das escolas sofreram redução de salas e 7,7% fecha-

ram as salas do ensino fundamental. No ensino médio, o número de salas fechadas atingiu 11,6% e foram fechadas 13,5% de escolas nesse nível ensino. Eis aí os resultados da reforma educacional do governo. Sua essência é o fechamento de escolas e superlotação de outras. Isso para reduzir os custos com a escola pública.

As conseqüências para os trabalhadores da educação e alunos

Com a aplicação da reforma do ensino, o desemprego e o subemprego tomaram conta dos educadores. São milhares de desempregados e também milhares que estão com poucas aulas, que sequer podem se manter. Sem dizer do crescimento do número dos professores que estão obrigados a se sujeitarem à condição de eventual (sem nenhum vínculo empregatício, recebem menos e ainda por aula dada). O valor da hora-aula ficou entre pouco mais de 4 reais (PEBI) e próximo do 6 reais (PEBII). Os funcionários de escolas foram reduzidos e, em seu lugar, colocados os da frente de trabalho, que estão na situação de escravidão total (contrato temporário, salário mínimo). Portanto, os que permaneceram na rede estão mais pobres e com mais trabalho, pois as salas estão superlotadas.

Os resultados dessa política para os alunos têm sido drástica. Não há vagas nas escolas dos bairros, onde moram os alunos. E os que conseguem matrículas estão obrigados a estudar nas salas superlotadas. Todo início de aula se transformou na corrida por procurar carteiras e cadeiras. Uma parte significativa de jovens se encontra fora da escola. Outra, foi empurrada para as telessalas ou suplências, por estar fora da idade estipulada pelo governo para frequentar o ensino regular. Na escola

pouco se aprende. E o que se aprende nada tem a ver com as necessidades dos estudantes. A luta pelo emprego passou a ser de vida ou morte. A maioria dos jovens que termina o ensino médio não consegue trabalho. O que dirá daqueles que estão ainda na escola. De um lado, a escola não forma mão-de-obra e, de outro, postos de trabalho estão sendo destruídos. Para a juventude, a escola não sentido e, por isso, o desinteresse é geral.

É necessário uma direção sindical e estudantil

Diante de todos esses problemas, essas direções se limitam a fazer algum tipo de oposicionismo parlamentar. O que significa apresentar emendas aos projetos do governo. No caso do bônus, a diretoria da Apeoesp se limitou a apresentar inúmeras emendas. Os deputados não deram nenhuma importância e votaram com o governo. E tem sido sempre assim. No caso das entidades estudantis (UMES, UBES, UNE), o mesmo se passa. Quando precisam dos estudantes para fazer pressão parlamentar correm nas escolas, depois somem.

Como se vê, os educadores e alunos carecem de uma direção verdadeiramente de luta, capaz de organizar um movimento de resistência pela defesa do acesso a todos os alunos à escola, em todos os níveis. Um movimento pelo emprego a todos os trabalhadores da educação e à juventude apta para o trabalho. A reivindicação de jornada de 20 horas semanais e piso de R\$2000,00 unifica os educadores para enfrentar o governo. A reivindicação de trabalho a todos os jovens, combinado com a escola (4 horas no trabalho e o restante na escola) também unifica a juventude estudantil.

Educação – São Paulo – Zona Leste: Faltam Vagas na Educação

No Jardim Santo André, a Prefeitura e o Estado de São Paulo não construíram nenhuma escola, creche ou emei. Agora, quando as escolas são obrigadas a fazer a projeção para o ano de 2003, faltam vagas para todos.

O governo, apesar de dizer que tem vagas para todos, propôs uma solução: fechar as salas de ensino médio para abrir as de 5 séries. E qual é o argumento do governo? “Que os alunos do ensino médio podem pegar ônibus para estudar em escolas fora do bairro”. Ou seja, estes alunos não estudarão porque a grande maioria está desempregada e não terão dinheiro para pagar as passagens e se deslocarem para os outros bairros. Aqueles que conseguirem vagas no bairro terão de enfrentar as salas de aula superlotadas.

O Comitê de Luta por Emprego, Educação e Saúde tem discutido a necessidade de construção de mais escolas no bairro. Por parte da Prefeitura, ouvimos que não há dinheiro. O Estado tampa o sol com a

peneira, maquiando os números dizendo que todos estão matriculados, porém a verdade é que os jovens trabalhadores ficaram sem escolas, as salas abertas para o ensino fundamental não serão suficientes para a procura.

Cabe a luta dos trabalhadores da Educação e dos moradores do bairro (pais e alunos) para exigir escola pública gratuita e laica para todos.

As mentiras do Secretário da Educação – Gabriel Chalita

O secretário da Educação Gabriel Chalita tem colocado toda a Secretaria da Educação para fazer campanha eleitoral para o partido do governo. Na Zona Leste, as delegacias estão voltadas para a tarefa de eleger Alckim.

Nesta semana, o secretário esteve no CEFAM José Bonifácio, na Diretoria Leste 3, em campanha e prometeu aos funcionários da educação (o mesmo que

mantêm o salário archoado por três anos, que colocou em seu lugar o trabalho voluntário para suprir a falta destes) que dará o mesmo bônus que os professores receberam para os poucos que restam. Prometeu computadores para todos os ACTs e, por fim, contou para os presentes a história de sua vida, que acabou fazendo com que todos os diretores chorassem. Os mesmos diretores que não choram pela falta de funcionários de escola e obrigam os alunos a pararem as aulas para varrerem as salas, os mesmos diretores que não se comovem com as demissões dos professores, ou do número enorme dos jovens demitidos. Diante da “historieta triste” do secretário (que tem a vida feita com um bom salário, que coloca a máquina pública para assegurar o seu emprego, que não passa de um cabide de emprego de Geraldo Alckim), esses diretores não apenas choram. Mas também saem pelas escolas pedindo votos para estes burgueses mentirosos.

Judiciário-SP: TJ mantém arrocho salarial para a maioria com aplicação da tabela de reposição

O Tribunal de Justiça de São Paulo publicou no Diário Oficial no início do mês de setembro que começará a cumprir a tabela de reposição salarial escalonada a partir de outubro. Porém, o pagamento será feito de forma “gradual”, “priorizando os funcionários que percebem vencimentos menores”.

Ou seja, de acordo com o comunicado, o Tribunal efetuará primeiramente a reposição salarial dos servidores de nível elementar e intermediário. Estes formam o maior contingente da categoria (80,15%), cujos valores constantes da tabela não passam de migalhas. Basta ver que os percentuais para estes funcionários variam de 0% a 14% dos salários. Os percentuais maiores que variam de 19% a 31% e que são destinados aos Chefes, Diretores e nível superior serão pagos a partir de dezembro/02.

Como vemos, o Tribunal está separando a categoria em dois níveis: cargos em geral e cargos de direção, sendo que estes últimos terão reajustes bem maiores. O fato de dizer que estará “priorizando os funcionários que percebem vencimentos menores”, simplesmente antecipando-lhes o pagamento em detrimento daqueles que terão reajustes maiores, não muda em nada a situação.

Na verdade, essa medida do TJ não passa de uma manobra divisionista para impor mais uma migalha para a maioria da

categoria, na medida em que os salários continuarão defasados e os servidores re-féns dos agiotas (bancos, associações etc) e sem conseguir pagar as contas mais elementares (água, luz, condução, aluguel, farmácia etc). Além disso, o tribunal estará preparando o caminho para a aplicação do PRCS (Plano de Restruturação de Cargos e Salários) que vem para cortar ainda mais os salários, viabilizar demissões e aumentar a exploração daqueles que não forem demitidos. Trata-se de cumprir as determinações contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal de redução de gastos com pessoal e redirecionar os valores para o pagamento das dívidas interna e externa.

Portanto, a aplicação dessa tabela, gradual ou não, significará para a maioria dos servidores a manutenção do arrocho salarial, o aprofundamento da divisão e a continuidade dos ataques às suas condições de vida.

Diante desta situação, as direções (associações e comando estadual) se negam a organizar a campanha salarial/2002 e chamar a categoria para lutar por suas reivindicações e contra os desmandos e autoritarismos do tribunal. Até mesmo o “ato estadual de protesto com paralisação” que as “entidades” estavam chamando para 10/09/02 e a assembléia marcada pelo comando estadual para o mesmo dia

foram cancelados. Estes fatos deixaram claro que concordaram até mesmo com o pagamento “gradual” da tabela rebaixada e divisionista de cumprimento da constituição de repor apenas parte das nossas perdas salariais (junho/98 a maio/02), descontando, inclusive, o abono e a gratificação conquistados com as lutas travadas nos últimos dois anos.

Nós, trabalhadores judiciários, devemos rechaçar essa tabela de reposição do Tribunal e exigir uma assembléia estadual da categoria, que deverá ser amplamente convocada para que possamos discutir e aprovar uma pauta de reivindicações e um calendário de lutas.

Neste sentido, defendemos os seguintes pontos: 1 -Piso salarial de R\$2.000,00; 2-reposição imediata e integral das perdas salariais; 3 -aumento real de salário de acordo com nossas necessidades; 4 -contratação imediata de novos funcionários mediante concurso; 5 -melhores condições de trabalho; 6 -incorporação de todas as gratificações e abonos ao salário; 7 -cumprimento imediato de todos os itens do acordo da greve do ano passado (reajustes dos vale-transporte, alimentação, condução etc); 8 -fim das punições e perseguições em decorrência da greve; 8 redução das horas de trabalho sem redução de salário etc.

Carta aberta sobre as eleições

O Nossa Classe vem perante os companheiros colocar sua posição frente as eleições, esperando que os trabalhadores compreendam nosso objetivo crítico e nosso trabalho pela defesa da independência política dos oprimidos e pela disposição de agir incessantemente contra as mentiras eleitoreiras e que só servem para acobertar os lobos patronais. Sabemos que muitos discordarão honestamente de nós, porque estão convencidos que essas eleições são diferentes e trarão mudanças. Sabemos também que os defensores dos lobos capitalistas irão nos fazer todo tipo de acusação. Mas é dever daqueles que compreendem a necessidade de defender uma política da classe operária contra a política patronal dizer a verdade e lutar por ela.

Companheiros,

Estamos a três dias das eleições. Nunca vimos uma disputa tão grande entre quatro candidatos. Milhões e milhões foram gastos em propaganda para arrancar o voto da maioria trabalhadora. É provável que os votos nulos e brancos sejam pequenos. Em outras eleições, uma importante parte dos trabalhadores já viam no voto um instrumento em favor dos exploradores, carreiristas, ladrões e corruptos. Agora, é como se uma chama de esperança ascendesse.

As disputas acirradas entre Lula, Serra, Ciro e Garotinho, alimentadas por um mar de dinheiro, fizeram as ilusões brotarem entre os pobres e miseráveis, que são a maioria do país.

De onde saiu tanto dinheiro para convencer os pobres de que o próximo governo abrirá milhões de postos de trabalho, aumentará o salário mínimo, acabará com a violência, dará uma boa escola e levará a saúde a todos os lares famintos? Saiu dos cofres dos empresários, banqueiros, donos de supermercados e latifundiários. Esses mesmos patrões dizem todos os dias

que estão em crise, precisam demitir e rebaixar os salários.

Por que os burgueses deram tanto dinheiro para os quatro candidatos? Não são esses mesmos burgueses que nos tiram o pão da mesa desempregando milhares todos os dias? Não são esses mesmos burgueses que nos pagam um salário de fome? Não são eles que estão destruindo os direitos trabalhistas? E não são eles que estão expulsando das terras os camponeses? Pois é isso que ocorre. As eleições servem aos interesses dos exploradores. Nenhum governo eleito pelo voto poderá servir, ao mesmo tempo, à classe capitalista e à classe operária e camponesa.

Os milhões gastos e a gigantesca campanha de promessas são para arrastar os pobres e oprimidos por detrás de uma política que é a dos sanguessugas patronais. Os milhões de votos dos que passam fome, vivem o desemprego, moram em favelas e debaixo de lonas elegerão um novo governo que irá proteger os negócios da minoria capitalista. Isso significa que a classe operária e os camponeses sem terra ainda não alcançaram a independência de classe para combater o capitalismo, a fome e a miséria com sua união e com seu método próprio de luta.

O desemprego, os baixos salários, a expulsão dos camponeses da terra, a fome e as doenças terão de ser arrancados pela força coletiva dos trabalhadores, que têm a greve e a ocupação um de seus principais instrumentos. Só lutando pelo fim do capitalismo e por uma sociedade sem exploradores e sem explorados (socialista) é que operários e camponeses poderão alcançar um governo que transforme verdadeiramente as fábricas e as terras em propriedades coletivas.

Enquanto a produção servir para explorar a maioria e a minoria se enriquecer, todos os males que atingem os oprimidos não só continuarão a existir mas aumentarão ainda mais. Não é de

estranhar que os quatro candidatos se comprometeram a continuar enchendo os cofres dos banqueiros, pagando a dívida interna e externa, mantendo as altas tarifas dos serviços essenciais, os altos impostos e respeitando todos os acordos com o FMI. Isso significa manter o governo comprometido com o atraso econômico, com a fome e a miséria do povo. Significa manter o governo atrelado à diretriz econômica ditada pelo imperialismo (pelos Estados Unidos, Alemanha etc).

O Nossa Classe diz sem temor e com convicção: a classe operária tem de ser socialista. E é por isso que estamos obrigados a denunciar as eleições como um instrumento de poder da classe capitalista. Estamos obrigados a lutar contra as mentiras dos candidatos que dizem que vão resolver o problema do desemprego, dos salários, da violência, da educação, da saúde e da terra. Ao contrário, todos esses males serão mantidos.

O capitalismo está em meio a uma grande crise e qualquer que seja o governo dirá ao povo que deverá fazer ainda mais sacrifícios esperando um futuro melhor, mas que nunca virá.

Contra isso, o Nossa Classe não chama o voto em ninguém. Defende o voto nulo programático em defesa da vida dos trabalhadores, da organização independente da classe operária em um partido revolucionário, por um governo operário e camponês saído das lutas, a greve como instrumento de combate à exploração, ao desemprego e à miséria, a união na luta de todos os explorados, rompimento de todos os acordos com o imperialismo, não pagamento da dívida externa, terra aos camponeses, salário mínimo real, defesa de todos os direitos trabalhistas, fim de todos os acordos malditos impostos pelas montadoras, controle operário da produção e a luta sem trégua por uma sociedade sem exploradores e explorados.

3º Encontro Operário

Política Operária-Parte 4

8. A tarefa histórica da classe operária é a de destruir o capitalismo. As premissas para a revolução proletária estão maduras para isso. Não há nenhum outro tipo de transformação possível para o Brasil. Sob a conformação do capitalismo mundial e sob o imperialismo, a sua estrutura econômica e social chegou à condição de que as tarefas da revolução democrática burguesa do país atrasado só podem ser resolvidas pela revolução proletária. As forças produtivas industriais estão marcadas pelos ramos monopolizados e controlados por multinacionais. As pequenas e médias empresas se condicionam às relações monopolistas. Não têm autonomia para desenvolver livremente as forças produtivas internas. A economia agrária não superou a coexistência de formas pré-capitalistas de produção com as altamente tecnificadas. A utilização dos recursos industriais no campo está nas mãos de um punhado de agroexportadores e de multinacionais ligados à indústria de alimentos. As forças produtivas agrárias também não têm como se expandirem livremente sob a estrutura latifundiária, agroexportadora e dos monopólios industriais. As travas dos monopólios, constituídas desde à colonização e desenvolvidas no Brasil semicolonial, determinaram o atraso econômico frente às potências dominantes. A introdução do capitalismo de fora para dentro e a dependência do desenvolvimento das forças produtivas internas dos monopólios impuseram ao país a condição definitiva de nação semicolonial. Não houve possibilidade de uma revolução democrático-burguesa que o independizasse e o transformasse em um potência imperialista. O Brasil faz parte da ordem mundial como país semicolonial. Ordem constituída por um pequeno grupo de países altamente desenvolvidos, portanto imperialistas, e por uma maioria atrasada, portanto semicolonial. As forças produtivas internas estão potenciadas mas não podem avançar sob a forma monopolista e sob o constante saque imperialista. É necessário uma revolução para libertá-las. Esta só pode ser proletária.

9. A revolução proletária transformará a propriedade monopolista dos meios de produção em propriedade coletiva. Os ramos fundamentais da economia chegaram a um ponto de concentração que, ao serem arrancados das mãos da burguesia, dão ao proletariado a condição inicial de dirigir o conjunto das forças produtivas e encaminhá-las para a forma socialista. A tarefa de expropriar as corporações e colocar todos os ramos essenciais da produção sob o controle do Estado Operário atinge imediatamente o capital imperialista e a fração da burguesia nacional do grande capital. Atinge de conjunto o capital financeiro. A revolução proletária é antiimperialista e anticapitalista. Essa é uma particularidade da revolução social nos países semicoloniais. A burguesia nacional e a pequena burguesia estão impossibilitadas de romper os elos monopolistas e jugo imperialista. Ao contrário, o proletariado concentrado nos grandes centros urbanos e espalhado até o campo, principalmente nas áreas agroindustriais, é o carro-chefe da produção social. Suporta o peso da exploração monopolista e pelo lugar que ocupa na cadeia de produção está facultado a pôr fim à

propriedade privada dos meios de produção. Está em choque direto com o domínio imperialista. E com o conjunto da burguesia nacional que o explora e que serve aos interesses do grande capital internacional. A independência do país semicolonial será conquistada com a expropriação dos monopólios e controle pelos trabalhadores de todos os ramos chaves da produção e distribuição, bem como do capital financeiro. A tarefa de independência nacional, que é democrática, se realizará sob a revolução proletária. É parte indissolúvel dessa transformação a expropriação revolucionária dos latifúndios. A preservação da estrutura latifundiária e a penetração agroindustrial monopolista no campo, em algumas regiões, refletem a alta concentração da propriedade. Essa não mais poderá ser modificada sob o capitalismo. Fracassaram as várias tentativas de reforma agrária, embora ela fosse de interesse da fração capitalista vinculada ao mercado interno. A tendência é de manter os milhões de pequenas propriedades, com uma área diminuta de terra, orbitando os latifúndios e reproduzindo-se como fonte de exploração e fome do campesinato. Continua vigente a expulsão de pequenos e médios produtores agrários, que provoca o fenômeno do sem-terra. A tarefa da revolução agrária vem combinada com a da libertação da semicolônia do domínio imperialista. A combinação dessas duas tarefas constitui particularidade do Brasil semicolonial, que só a revolução proletária pode responder. Os latifundiários terão de ser expropriados, parte das terras será entregue aos camponeses e parte coletivizada nas regiões agroindustriais. A entrega das terras aos camponeses, que reivindicam a reforma agrária, é uma medida transitória necessária. O objetivo estratégico do proletariado é o da coletivização geral do campo. Só é viável a expropriação revolucionária do latifúndio e da agroindústria se fizer parte da expropriação geral do monopólio industrial, comercial e financeiro.

10. A aliança operária e camponesa é decisiva para a tomada do poder, liquidação do domínio capitalista e realização das transformações. A revolução proletária depende da classe operária constituir a maioria nacional oprimida como força dirigida a destruir o Estado burguês. A classe camponesa é oprimida, está em choque com a propriedade latifundiária. Por suas relações históricas com a pequena propriedade não pode assumir o objetivo estratégico de derrocada da classe burguesa e realizar as transformações agrárias. Não tem como se constituir em classe independente. Por sua vez, o proletariado não representa isoladamente a maioria oprimida. Necessita da relação frentista de classe, que expresse a unidade da maioria oprimida contra o imperialismo e a burguesia nacional. Tem de se organizar como classe para si, em torno do partido-programa, e se tornar direção da maioria explorada. A solução democrática do choque entre a classe burguesa, que tem como uma de suas frações a oligarquia latifundiária, e a classe camponesa virá pela via da revolução proletária. O proletariado é a classe historicamente socialista. No entanto, está obrigado a resolver tarefas democráticas pendentes do capitalismo atrasado e pertencentes a outra classe. Nas relações capitalistas

de produção semicoloniais, o campesinato expressa o pré-capitalismo, limitando-se ao trabalho familiar e aos meios arcaicos de produção. Estão à mercê dos latifundiários e do capital comercial. O capitalismo semicolonial não permitiu levar até às últimas conseqüências a erradicação do campesinato pela proletarização da maioria e a transformação do restante em burguesia agrária. O fenômeno da expulsão de parte dos camponeses da terra trouxe um novo problema: os sem-terra. O capitalismo já não os absorve como mão-de-obra proletária e nem os permite voltar à terra. Essa situação expõe com mais clareza o conflito no campo. A agudização dessa contradição estremente o conservadorismo dos camponeses disseminados na imensidão do país, confinados nas relações de produção familiares e submissos à oligarquia. A manifestação da luta de classe no campo, encabeçada pelos sem-terra, coloca objetivamente a necessidade da aliança operária e camponesa. O proletário organizado traduzirá sua política de aliança apoiando-se na fração camponesa que expressa a luta de classe no campo. Nenhuma fração da burguesia pode tomar à frente de uma verdadeira reforma agrária. A idéia de aliança do proletariado e camponeses com setores da burguesia resulta numa política de estrangulamento da revolução agrária. Os camponeses isoladamente também não podem arrancá-la da oligarquia capitalista. Essa situação confirma a necessidade histórica do proletariado se unir ao campesinato para derrubar a burguesia do poder e dar curso à revolução agrária.

11. Uma outra particularidade é a de que a burguesia não pôde resolver os chamados desequilíbrios regionais. Expressam a contradição entre a cidade e o campo. Trata-se da manifestação da lei do desenvolvimento desigual e combinada. A indústria altamente produtiva permaneceu concentrada no Sudeste/Sul, enquanto que prevalece nas demais regiões uma economia agrária de baixa produtividade, excetuando a agroindústria exportadora, também concentrada em algumas áreas. O atraso econômico do Norte/Nordeste expõe a fratura do capitalismo atrasado. Não chegou a se industrializar, permanecendo em posição subalterna perante o Sudeste/Sul. Vasta região agrária está enclausurada no pré-capitalismo. A revolução agrária constitui uma alavanca para dar os primeiros passos na superação do atraso regional, dos "desequilíbrios" regionais, e das contradições entre cidade e campo. No desenvolvimento do capitalismo brasileiro, a burguesia teve de acomodar os interesses oligárquicos regionais por meio da organização federativa do Estado. O federalismo oligárquico combinado com um férreo centralismo estatal administra os conflitos regionais. Conteve as tendências separatistas, sem contudo dar solução as suas causas político-econômicas. A burguesia teve como problema alcançar a unidade nacional de um país de extensão continental, desenvolver a indústria e formar um poderoso mercado interno. Pôde resolvê-lo apenas em parte. Os limites à solução desse problema histórico estiveram e estão dado pelo seu caráter semicolonial. O desenvolvimento do capitalismo tardio correspondeu aos marcos impostos pelo capitalismo mundial, refletindo a lei do desenvolvimento desigual e combinado que conforma o mundo dividido entre países adiantados e países atrasados. A solução integral daqueles problemas colocaria o Brasil na condição de país capitalista

adiantado. Portanto, não há possibilidade da burguesia brasileira vir a completar a tarefa de unidade nacional, de industrialização generalizada e vasto mercado interno. As forças produtivas continuarão limitadas por tais contradições. As etapas mais recentes do desenvolvimento capitalista indicam que quanto mais o Brasil se submete aos monopólios multinacionais e amplia a importação de capital financeiro, via de regra para atividades parasitárias, mais potencializam-se os desequilíbrios internos. Ao contrário, torna-se um imperativo a revolução agrária e a expropriação do grande capital para dar continuidade à tarefa de unidade nacional. Sem se atingir os monopólios da terra e da indústria não há como modificar os fatores do atraso semicolonial. A solução dos desequilíbrios regionais por meio da unidade nacional plena resultará de um salto qualitativo das forças produtivas. Uma vez que estas se encontram liberadas das travas dos monopólios avançarão livremente. A revolução proletária libertará as forças produtivas e as planejará de acordo com o plano democraticamente decidido pela maioria oprimida.

12. É necessário destruir o Estado burguês. Não há como democratizar o Estado oligárquico, como meio para livrar o país do imperialismo, realizar as transformações agrárias e alcançar a plena unidade nacional. A burguesia nacional aperfeiçoou o quanto pôde seu aparato estatal em função das necessidades das forças produtivas. O grau alcançado por elas condicionou, por sua vez, o desenvolvimento de sua máquina governamental. Não teve como ultrapassar o federalismo oligárquico e o centralismo ditatorial. O centralismo é uma necessidade do federalismo oligárquico. Combinam-se e fazem parte do mesmo fenômeno. As forças burguesas em conflito em torno do comando do Estado sempre expressaram a constituição oligárquica da burguesia nacional, marcada por interesses regionais e pela influência decisiva do grande capital imperialista. A supremacia de uma fração sobre outra jamais pôde modificar o funcionamento oligárquico do Estado. Os momentos de funcionamento democrático, que foram poucos, serviram a limitadas disputas em torno da intervenção estatal na economia. As massas oprimidas nunca exerceram qualquer influência no funcionamento do Estado. São arrastadas por detrás dos partidos oligárquicos, incapazes de assumir uma política econômica voltada para a solução das tarefas democráticas pendentes. As mais mesquinhas promessas de reformas foram motivos de crise interburguesa e sempre terminaram em fracasso. Os interesses oligárquicos e monopolistas ditaram e ditam as relações do Estado com a economia. O Estado burguês já não pode ser fator de desenvolvimento da economia. No seu conjunto, está voltado aos interesses monopolistas. É um aparato manejado pela burguesia contra a expansão das forças produtivas. A estratégia de democratização do Estado, portanto, é inócua e reacionária. Ela se opõe à tarefa do proletariado de destruir o aparato estatal burguês e edificar o Estado operário. O Estado expressa a ditadura de classe da burguesia contra o proletariado e a maioria oprimida. Essa ditadura de classe está a serviço dos mesquinhos interesses oligárquicos e do capital imperialista. Destruir o Estado burguês é destruir a ditadura de classe da burguesia.

O Partido e Sua Organização

Proseguimos com a série de textos de formação escritos por Guilherme Lora, iniciadas no Jornal "Massas" nº 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

Questões de organização foi escrito em 1974, justamente para que a militância nova do Partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques se contrapondo à tentativa de organização dos foquistas no período.

Questões de Organização I – Partido e Militante O Partido de Classe (II)

Dissemos que a classe deve se elevar até a compreensão do programa revolucionário. Quando fazemos essa afirmação, estamos nos referindo à sua vanguarda e não a toda a classe de forma integral, muito menos aos seus setores mais atrasados. Temos de delimitar o problema com bastante clareza. Uma coisa é que a vanguarda se eleve até a militância e outra completamente distinta é que as massas se mobilizem atrás do partido operário sem que isto signifique ter ingressado na militância ou compreendido o programa revolucionário em sua integridade. Nos momentos mais agudos da luta de classe, muitos ficam desconcertados com o entusiasmo dos explorados pelo Partido e equivocadamente concluem que todos eles foram transformados automaticamente em militantes (logo depois do movimento de 1952, o POR recebeu a solicitação de ingresso no Partido de centenas de camponeses). Trata-se simplesmente de um dos efeitos da profunda mobilização das massas, que pouco depois, em seu retrocesso, podem condenar ao ostracismo a vanguarda do proletariado.

O Partido é a direção política da classe e entre ambos existe, como disse Trotsky, uma profunda interpenetração dialética. Seria errôneo concluir que a direção se limita a refletir de modo imediato a classe, o partido tem vida própria e se desenvolve conforme a suas leis próprias, chegando em certo momento a influenciar decisivamente a marcha da classe. "Na realidade, a direção de forma alguma é um simples 'reflexo' de uma classe, ou o produto de sua própria livre criação. A direção se forja no processo dos choques entre as distintas classes e das fricções entre as diferentes camadas dentro da classe. Uma vez assumido seu papel, a direção se eleva invariavelmente por cima de sua classe, como nos fica exposta a pressão e influência das outras classes ("Classe, Partido e Direção")."

O Partido é o Estado maior da classe, por isto precisa possuir uma férrea estratégia (que para muitos é sinônimo de sectarismo) e de uma extrema flexibilidade na manobra tática, sempre tendo em mente a finalidade estratégica. Isto só pode ser alcançado exercitando devidamente o centralismo democrático. Centralismo na atuação exterior e ampla democracia interna, cuja expressão mais elevada está na linha política

que deve ser fixada pela militância.

A severa disciplina constitui uma das condições para o êxito da atuação partidária, mas não se trata, como muitos acreditam, da disciplina militar, mas de uma disciplina consciente, que parte de uma profunda convicção política.

São as características do proletariado (classe despossuída de poder econômico, dos benefícios da cultura e dos mandos do poder político) que condicionam as características e a necessidade de seu partido, concebido como instrumento adequado para realizar a revolução.

O partido se forja no seio das massas, ganhará a confiança destas demonstrando, na sua luta diária, sua inquebrantável fidelidade a sua classe e a seu programa.

O objetivo do partido Operário é a conquista do poder e a instauração da ditadura do proletariado, o que supõe que deva ser capaz de se colocar à cabeça dos explorados nos momentos de crise revolucionária; para que isto seja possível é indispensável que, nos períodos anteriores de relativa calma, estruture devidamente seus quadros. A história demonstrou que a classe não é capaz de forjar a sua direção em pleno combate; esta já existe anteriormente pelo menos em suas linhas gerais.

Boletim do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Nesta edição:

- Estados Unidos intensificam as ações bélicas contra o Iraque
- Manifesto contra a guerra dos Estados Unidos ao Iraque e pela autodeterminação das nações oprimidas
- Argentina:
A luta no interior do movimento dos desempregados dirigidos pela CCC

Estados Unidos intensificam as ações bélicas contra o Iraque

Depois de invadir o Afeganistão, derrubar o poder do Taleban e nomear um governo títere, os Estados Unidos lançaram-se contra o Iraque. O objetivo é desarmar o país, derrubar o governo de Saddam Hussein, colocar um fantoche para administrar esse Estado e tomar posse da fabulosa riqueza petrolífera. Iraque, Irã, Afeganistão compõem o que G.W. Bush nomeou de "eixo do mal". Todos deverão capitular diante dos interesses dos monopólios ou estarão sujeitos ao intervencionismo militar dos Estados Unidos.

Tudo está pronto para a guerra. Os tanques, porta-aviões de combate, peças de artilharia pesada através da água, soldados tomaram conta da região do Golfo Pérsico. Manobras militares nas fronteiras do Iraque e nos Estados Unidos (Texas) constituem os preparativos para a invasão. Ao mesmo tempo que coalham a região para o desfecho da operação militar, os Estados Unidos comandam as negociações em torno da aprovação de uma resolução na ONU, mais rígida ainda, para vasculhar todo o Iraque e destruir as possibilidades de resistência desse país.

O Iraque está cercado por todos os cantos. De um lado, a Arábia Saudita governada por uma oligarquia monárquica, família Saud, vem apoiando o intervencionismo dos Estados Unidos. Na Guerra do Golfo, em 1991, se tornou o principal aliado dos Estados Unidos contra o Iraque. No conflito contra o Afeganistão (2001), apoiou e cedeu seu território para as ações militares do imperialismo.

Ao Sul, tem o Kuwait. País governa-

do por uma monarquia há mais de dois séculos, foi invadido pelo Iraque e utilizado como causa da Guerra do Golfo. Está do lado dos Estados Unidos.

No Sudoeste, Catar é também governado por uma monarquia desde sua independência da Inglaterra, em 1971. Tem ajudado os planos militares norte-americanos nessa região do Golfo. Os Estados Unidos instalaram uma base militar nesse país e a utilizarão como lançamento do ataque ao Iraque.

Na entrada do Golfo, os Emirados Árabes, governado por um monarca (xeque), é um dos maiores importadores de armas dos Estados Unidos e totalmente servil à política ianque.

Ao Norte, a Turquia. Tem interesse de manter o domínio sobre o Curdistão e teme o levante dessa nacionalidade oprimida no momento da derrubada do governo Saddam.

A Oeste, a Jordânia, diz que não permitirá que os Estados Unidos usem o seu território para as operações militares. Porém, há especulações de que com a derrubada de Saddam, a Jordânia poderia tomar posse do Iraque. O plano norte-americano utilizaria o fato do rei da Jordânia ser parente do ex-rei do Iraque Faïçal II, deposto pelo golpe de 1958.

Dois países não compõem a peça militar armada pelo imperialismo. A Síria, a oeste, tem se atritado com os Estados Unidos/Israel e reivindica a devolução das Colinas de Golã, ocupadas desde 1967. O Irã, a Leste, se opõe a invasão ao Iraque e poderá ser um dos próximos alvos da ação militarista de Bush.

Esse quadro de submissão da feudal burguesia árabe encoraja os Estados

Unidos a ir à guerra contra o Iraque.

Os interesses dos monopólios ditam a guerra contra o Iraque

É no Oriente Médio que se encontram as maiores reservas mundiais de petróleo. As multinacionais americanas passaram a ser a força dominante na região, após a 2ª Guerra Mundial.

A Arábia Saudita possui a maior reserva de petróleo do mundo, 261,8 bilhões de barris. Embora faça parte da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), o petróleo foi colocado nas mãos dos monopólios norte-americanos (truste Aramco, formado pela companhias Exxon, Texaco, Mobil e Chevron).

A segunda é o Iraque, com 112,5 bilhões de barris e uma reserva ainda inexplorada. As empresas petrolíferas pressionam o governo dos EUA a derrubar Saddam e, com isso, se apossarem dessa riqueza fabulosa. As concessões obtidas após a Guerra de 1991 contra Iraque, a exemplo das zonas de exclusão aérea no norte e sul do país não favoreceram os interesses da exploração petrolífera por parte das empresas americanas. O fim do governo nacionalista de Saddam comparece como o melhor remédio para esse objetivo.

A terceira são os Emirados Árabes, com 97,8. Em quarto, o Kuait, com 96,7. Ambos sob o controle dos Estados Unidos. O Irã é o quinto produtor mundial, com 89,7 e é detentor de enorme reserva inexplorada. Não por acaso está na mira

do intervencionismo imperialista. Uma vez ocupado o Iraque, os Estados Unidos terão maior força de pressão sobre o Irã.

O nacionalismo iraquiano e iraniano constitui uma afronta aos interesses dos monopólios petrolíferos. Corporações americanas como a ExxonMobil e ChevronTexaco serão grandemente beneficiadas na exploração do petróleo iraquiano.

O avanço do domínio econômico-militar dos Estados Unidos nessa região obrigaram a Inglaterra, que detinha o maior controle sobre a região, a se concentrar no Azerbaijão, onde a empresa Bristh Petroleum tem privilégios. A França, que recebeu vantagens no Oriente Médio com o desmantelamento do Império Otomano após o término da 1ª Guerra Mundial, concentra sua atuação em Ierevan, região da Armênia, ao norte do Iraque.

Após a derrubada do governo Taleban, o plano iniciado pela ChevronTexaco e a Unocal de construção de um gasoduto que vai do Turcomenistão ao Paquistão, passando pelo Afeganistão, está sendo retomado. Os países estão assinando os acordos com as multinacionais americanas para efetivar esse projeto, iniciado em 1998.

Como se vê, a ocupação militar do Afeganistão é parte da estratégia de avanço geopolítico e econômico da maior potência mundial.

Iraque, um país semicolonial

Com o término da 1ª Guerra Mundial, o Império Turco Otomano foi partilhado entre as potências vencedoras. A França ficou com o controle sobre a Síria e o Líbano e a Inglaterra com Iraque, Palestina, Jordânia e Egito. A Inglaterra impôs ao Iraque o monarca Faisal Hussein, em 1921. Também por imposição da Inglaterra, um irmão de Faisal foi colocado no trono da atual Jordânia. A Inglaterra controlava o governo e passou a ter direitos exclusivos na exploração do petróleo.

A movimentação militar de 1958 derrubou a monarquia e colocou no poder ao Estado o general Abd Al-Karim Qasim, um governo nacionalista militar. A chamada revolução de 1958 provocou a reação dos Estados Unidos, que ocuparam

o Líbano para impedir que o movimento chegasse até a Jordânia. Qasim prometeu respeitar os interesses dos monopólios petrolíferos para conter o intervencionismo norte-americano. A instabilidade política tomou conta do país e o governo enfrentou várias tentativas golpistas. Mesmo assim, em 1961 determinou limitações aos direitos das empresas petrolíferas estrangeiras. Dois depois, Qasim foi derrubado e assassinado. O partido Baath assumiu o poder em 1968. Saddam Hussein passou a fazer parte do governo que em 1972 nacionalizou o petróleo. Em 1979, através de um golpe, Saddam assumiu a presidência do Iraque.

A feudal burguesia iraquiana, que impôs um governo nacionalista-militar, esteve em choque com os interesses dos monopólios estrangeiros em torno do controle da produção petrolífera. A invasão do Iraque ao Irã (1980), com o apoio das potências imperialistas, provocou a destruição desses dois países semicoloniais, produtores de petróleo. O imperialismo tentou tirar proveito desse conflito para quebrar o monopólio do petróleo. Em 1991, aproveitando-se da invasão do Iraque ao Kuwait, os Estados Unidos deflagraram guerra contra o país de Saddam. A ampla coalizão militar, que foi da Rússia à Inglaterra, limitou a derrotar o exército iraquiano. O objetivo dos Estados Unidos de destruir o governo de Saddam Hussein e ocupar seu território ficou frustrado. Os Estados Unidos e a Inglaterra, no entanto, impuseram ao Iraque uma "zona de exclusão", a inspeção para destruir supostos arsenais de armas químicas e decretaram medidas de bloqueio econômico. Estava preparado o terreno para o objetivo final da guerra total contra o Iraque. Em 1998, o Iraque denunciou os inspetores da ONU como espíões dos Estados Unidos e os expulsou. Fato esse que levou a coalizão Estados Unidos e Inglaterra a aumentar o bombardeio nas zonas de exclusão. Com o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos puderam retomar a ofensiva imperialista na região do Golfo Persico. Com o recrudescimento da crise mundial, os Estados Unidos necessitam ampliar seu domínio estratégico nessa região. É importante ter claro que se trata de

uma guerra de um país imperialista contra uma nação semicolonial.

O Iraque nasceu da partilha mundial do pós-1ª Guerra Mundial como nação oprimida (semicolonial). Fincado entre os rios Tigre e Eufrates (o chamado Crescente Fértil), uma região favorável à agricultura, com as terras nas mãos dos latifundiários, não pôde realizar a reforma agrária, pretendida pelo governo nacionalista. Um país de camponeses miseráveis, dividido em várias nacionalidades, árabes, curdos, turcomanos e outras. Com uma população de pouco mais de 23 milhões de habitantes, boa parte analfabeta e sem emprego, o Iraque carrega o custo do saque e do intervencionismo militar das potências.

O unilateralismo dos Estados Unidos

O discurso de Bush na ONU foi enfático na declaração de guerra ao Iraque. Com ou sem o apoio do Conselho de Segurança, os Estados Unidos atacariam o Iraque e derrubariam o seu governo. Dessa forma, foi dado um ultimato aos demais participantes do Conselho de Segurança. Visou pressionar aos renitentes França, Rússia e China, que temem o fortalecimento do poder dos Estados Unidos no Oriente Médio.

Esses países estão com a política norte-americana de violar a autodeterminação do Iraque por meio da inspeção da ONU. Querem que o Iraque continue negociando seu petróleo com todos eles. Com a inspeção se efetuaria o intervencionismo multinacional, liderado pelos Estados Unidos. Se se comprovasse a existência de armas químicas e a capacidade de produzir armamento nuclear, a força externa se encarregaria de destruí-los.

A missão anterior fracassou no intento de identificar as tais armas. Os Estados Unidos acusaram o governo iraquiano de bloquear a inspeção e o Iraque denunciou a missão de ter por objetivo espionar o país a serviço dos objetivos militares norte-americanos.

A retomada das denúncias pelo governo Bush, sob novas circunstâncias, parte do pressuposto de que o Iraque descumpriu a resolução da ONU e que os Estados Unidos a cumpriria a despeito da posição dos demais membros do

Conselho de Segurança. Juntamente com a Inglaterra, a máquina de guerra do Pentágono deu demonstração de estar preparada para o ataque. Esse é um ato indicativo do poder militar de atuar independentemente do conflito de posição sobre como violar a soberania do Iraque.

As negociações nos bastidores da ONU em torno de uma nova resolução se dão sob a máquina de guerra mobilizada. Os Estados Unidos formulam o novo intervencionismo condicionado ao objetivo de destruir o regime político de Saddam Hussein. Assim, propuseram um ultimato ao Iraque de apresentar todo o seu "programa para desenvolver armas químicas, biológicas e nucleares". Para que se cumpra essa exigência, a força militar já estaria pronta para o ataque. Não seria a inspeção que comprovava ou não a existência de tais arsenais. O Iraque acusado teria de mostrar as provas contra si. Esse mecanismo significa inevitável guerra contra o Iraque.

O governo Bush, ao mesmo tempo, acionou o Parlamento norte-americano para autorizá-lo a ir à guerra, independente da decisão da ONU. Prosseguindo as negociações de bastidores na ONU, chegou-se a aventar a retomada dos inspetores, chefiados por Hans Blix, tendo por base a resolução existente. Foi uma teatralização. O Iraque concordou com a inspeção incondicionalmente. Porém, de nada valeu. A retomada da inspeção foi suspensa.

Os Estados Unidos, assim, acuraram um pouco mais a França e Rússia; e a China recuou ao seu cantinho. A idéia é a de se aprovar uma nova resolução que permita aos Estados Unidos, em algum momento, derrubar o regime de Saddam. Nesse jogo, os Estados Unidos acenaram flexibilizar sua posição de intervenção unilateral, pressionados por divisões internas quanto aos perigos do unilateralismo.

O seu braço direito, Tony Blair, passou a ter dificuldades internas quanto ao seu apoio incondicional aos EUA. A Rússia oscilou conforme as negociações quanto ao seu objetivo de atacar a Geórgia, que serve de escudo ao movimento separatista da Chechênia. A China, que tem nos Estados Unidos o seu principal mercado, foi se

eclipsando. A meta de Bush era e é isolar a França. A Alemanha, que não faz parte do Conselho de Segurança, mas que tem peso na política mundial, não teve como aceitar o objetivo militar dos EUA.

Assim, o unilateralismo não pôde seguir linha reta. Os perigos de uma ação isolada são muitos. Mas há um de enorme importância. Trata-se da convulsão que a guerra pode causar entre as massas oprimidas do Oriente Médio. Elas teriam respaldo entre os trabalhadores do mundo todo, que acordam sob os golpes da crise capitalista e da bárbara política do imperialismo.

Esse vai e vem, no entanto, não desfaz o objetivo estratégico da ação intervencionista dos Estados Unidos no Iraque.

Defender a nação oprimida contra a nação opressora

A campanha mundial do imperialismo de que se trata de destruir a ditadura sanguinária de Saddam Hussein não tem como esconder os interesses dos trustes petrolíferos e a necessidade do domínio geopolítico dos Estados Unidos no Golfo Pérsico. A mesma campanha foi feita em relação ao governo do Taleban, caracterizado por uma teocracia que pisoteava os mais elementares direitos das mulheres, das minorias religiosas etc.

A ditadura militar de Saddam e a teocracia dos Talebans, de fato, são expressão de países semicoloniais, que não puderam conhecer a democracia burguesa, regime esse que exerce a ditadura da classe capitalista com requintes de civilização. A campanha ideológica de que é necessário civilizar o regime político do tipo Saddam/Talebans derrubando-os por meio de forças externas não passa de uma cortina de fumaça para a penetração do imperialismo. Basta ver que esses regimes tiveram apoio dos Estados Unidos. O imperialismo incentivou a guerra entre o Iraque e Irã, 1980 a 1988. Os Estados Unidos armaram o Iraque. Os Talebans foram financiados por essa mesma potência na guerra civil e contra o intervencionismo russo no Afeganistão.

As várias monarquias do Oriente Médio são tão bárbaras quanto os regi-

mes que os Estados Unidos pretendem substituir por democracias. O problema está em se as ditaduras, teocracias e as monarquias da feudal burguesia árabe se encontram encabrestadas pelo poder norte-americano ou se se arvoram controlar as riquezas petrolíferas. No primeiro caso, o imperialismo as têm como "amigas". No segundo, constituem o que G.W. Bush denominou "o eixo do mal". Na realidade, a questão está em se a nação semicolonial, atrasada e oprimida, é dirigida por um regime que atende aos interesses fundamentais do imperialismo, ou se por um regime nacionalista que pretende alguma margem de soberania.

A reação imperialista acusa que defender o direito do Iraque de controlar sua economia, ter o regime que lhe convier e de se armar significa atentar contra a paz e os direitos humanos. Esses conceitos, ao contrário, servem de véu aos fundamentos do capitalismo mundial de que as nações semicoloniais, por serem os elos mais débeis da cadeia econômica/social, devem estar submetidas às diretrizes das potências. As nações opressoras são os pilares de sustentação do capitalismo internacional.

Nas condições de crise generalizada, em que se manifestam as tendências desintegradoras dos monopólios, aumenta a necessidade das potências saquearem ainda mais as semicolônias. Agrava-se a opressão nacional e social. O ataque dos Estados Unidos contra o Iraque é uma agressão da nação opressora contra a nação oprimida.

A posição da classe operária e de todos os setores antiimperialistas é de defender a nação oprimida contra os opressores. Trata-se da defesa da autodeterminação dos povos oprimidos. A autodeterminação significa total soberania da nação oprimida, o que inclui o direito de se armar. A doutrina do imperialismo se baseia no princípio de que não há autodeterminação dos povos. Os únicos que podem ter autodeterminação e se armarem, a ponto de terem condições de destruir a humanidade, fazerem guerra com alta tecnologia militar em qualquer parte do mundo, são as potências. Qualquer país que ouse desafiar minimamente esse princípio passa a ser considerado um perigo para a paz mundial.

Manifesto contra a guerra dos Estados Unidos ao Iraque e pela autodeterminação das nações oprimidas

Os Estados Unidos têm tudo pronto para desfechar a guerra contra o Iraque. Os trabalhadores do mundo inteiro e a juventude devem dizer **Não à guerra imperialista** e organizar as manifestações por toda parte, como já têm ocorrido na Itália, Inglaterra e mesmo nos EUA.

O ataque da maior potência a um país econômico e militarmente débil fere o princípio da autodeterminação dos povos. Os Estados Unidos têm elevado a doutrina econômica e militar do imperialismo ao ponto mais alto da prepotência e ao exercício mais feroz da opressão aos países semicoloniais. Ou as débeis nações colocam seus governos a serviço de suas diretrizes e se sujeitam a uma espoliação maior do que a já existente, ou poderão sofrer todo tipo de retaliação, inclusive a militar. É o que ocorre com a decisão de invadir o Iraque.

Cerca de 70% da economia mundial estão sob o controle de 7 países, o restante que são mais de 200 detém minguidos 30%. Somente os Estados Unidos abarcam quase 40%. Não por acaso este gigante do capitalismo aplicam 350 bilhões de dólares em "segurança" e armamento. Dominam 49,1% do mercado de armas. Atingiram uma supremacia bélica nunca alcançada na história. Para manter a hegemonia econômica frente as demais frações do imperialismo (Alemanha, Japão, França, Inglaterra etc) e sustentar a opressão sobre a maioria dos povos, os Estados Unidos coalharam o mundo de base militares.

O Oriente Médio vem se destacando como uma das regiões mais conflituosas. Isso porque é estratégica para os monopólios e para a rota comercial. O controle das bacias petrolíferas passou a ser vital para o imperialismo e, por isso, de esmagamento de qualquer resistência nacionalista. O Iraque é o segundo produtor mundial de petróleo.

Todos sabem que o objetivo da burguesia ianque e seu complexo militar é o de controlar as fontes de petróleo e reforçar o domínio geopolítico. A ocupação do Afeganistão expôs tal estratégia. O pretexto de liquidar o terrorismo mal

disfarçou os reais fundamentos da ofensiva imperialista. Nas primeiras horas ao atentado de 11 de setembro, Bush anunciou uma ação militar de grande envergadura contra o que ele denominou "eixo do mal". O Iraque era o alvo seguinte. O pretexto volta-se para a acusação de que o governo iraquiano se abastece de armas químicas, mísseis de longo alcance e está próximo de ter a bomba atômica. O princípio do imperialismo é que só as potências podem estar armadas. Acresce a esse princípio, a doutrina da hegemonia norte-americana de que nenhum outro país pode alcançar os Estados Unidos em sua capacidade letal. Isso explica o projeto espacial "Guerra nas Estrelas".

Cautelosamente, a burguesia imperialista européia esboça divergências à ofensiva de Bush, exigindo que Saddam Hussein capitule frente à resolução da ONU de abrir o país incondicionalmente à vistoria e à espionagem dos Estados Unidos. Porém Bush não tem o menor interesse em apenas pisotear a soberania do Iraque pela tal "inspeção internacional". Em seu comunicado à ONU, Bush deixou claro que não se trata mais de inspecionar e destruir arsenais, mas sim de derrubar o governo de Saddam, como foi feito no Afeganistão.

Com o apoio de Tony Blair, os Estados Unidos têm tudo pronto para a guerra. Não dão a menor importância à ONU. Justificam que o Iraque não respeitou as decisões anteriores, quando na realidade ficou evidente que não se tratava de inspeção mas de espionagem com o objetivo dos Estados Unidos preparem a derrubada do governo iraquiano. A meta do governo Bush é de destruir o governo nacionalista de Saddam Hussein para colocar em seu lugar um fantoche das empresas petrolíferas. As mais altas autoridades norte-americanas anunciaram abertamente a intenção de assassinar Saddam. Trata-se do terrorismo de Estado. A prática do terror de Estado pelos Estados Unidos é-nos conhecida de longa data.

Os Estados Unidos necessitam da

guerra por serem o carro-chefe do capitalismo em crise. Sua ofensiva bélica nos últimos 20 anos em todo o mundo evidência a expressão militar da crise estrutural do capitalismo. Nessa última década, os Estados Unidos invadiram o Iraque (1991), comandaram os bombardeios da Otan contra a Iugoslávia (1999), intervieram militarmente na Somália (1992-94) e no Haiti (1995), invadiram o Afeganistão (2001), atuam militarmente por meio do Plano Colômbia, estão por detrás de Israel contra o povo palestino. Além do intervencionismo bélico, os EUA promovem brutais bloqueios econômicos, a exemplo do próprio Iraque, Cuba, Coréia do Norte.

O fato dos Estados Unidos não encontrarem uma poderosa resistência da classe operária, dos trabalhadores em geral e da juventude o anima a avançar ainda mais em sua estratégia de dominação. Lembremos que a derrota sofrida no Vietnã (1973) debilitou os Estados Unidos provisoriamente no seu intervencionismo. Trata-se de um exemplo histórico de que só a luta dos povos oprimidos poderá barrar a barbárie imperialista. O esmagamento do Iraque aumenta o domínio sobre os povos do Oriente Médio e alimenta a ofensiva militar mundial dos Estados Unidos.

Os trabalhadores e a juventude do mundo inteiro têm de empunhar a bandeira antiimperialista de combate à opressão nacional, pela autodeterminação dos povos oprimidos e contra a guerra promovida pelas potências. A invasão militar ao Iraque reforçará o princípio imperialista de que não há soberania nacional para os povos oprimidos. Ao contrário, os trabalhadores do mundo todo devem lutar sob a bandeira antiimperialista da defesa dos povos oprimidos e de seu direito a autodeterminação.

Não à guerra dos Estados Unidos contra o Iraque

Fora o imperialismo do Oriente Médio

Pela autodeterminação dos povos oprimidos

Argentina:**A luta no interior do movimento dos desempregados dirigidos pela CCC**

Desde seu agrupamento inicial em La Matanza, o funcionamento do movimento foi caótico. Típico de agrupamentos de massas que sofrem influências burguesas, e outras questões metodológicas que com o tempo se revelaram como diferenças políticas, o que levou várias organizações e a abandonarem sua relação com o CCC e se reagruparem no Bloco Piqueteiro.

Muitos não compreenderam e ainda não compreendem a luta política que devemos travar para ganhar para uma posição classista as bases do CCC que, na sua maioria, são companheiros honestos e lutadores que não conseguem enxergar que sua direção atual não corresponde a seus interesses e é preciso substituí-la por novos dirigentes no movimento de desempregados.

Esta luta vem ocorrendo no interior do movimento dos desempregados, confrontando com sua direção, nos bairros, nas assembléias, e demonstrando que as posições dos dirigentes da CCC são contrárias aos interesses dos desempregados. Assim, os trabalhadores desempregados novamente se vêem ligados a seu instinto de classe votando em grande medida contra a sua direção histórica e buscam reagrupar-se com os novos dirigentes que vão nascendo desta luta.

A luta política pela direção das massas que estão em combate é fundamental para unificar os desempregados, não deixando nenhum lugar para os aventureiros e mostrando as manobras dos conciliadores. Mas esta luta requer clareza política e vontade para alcançar o objetivo: é necessário dotar o movimento de desempregados de uma verdadeira direção que expresse consequentemente seus interesses.

Mostrando as manobras e a farsa da política do CCC (PCR), vamos armando os desempregados para que possam questionar a direção do movimento. As declarações de Alderete sobre o massacre da ponte Pueyrredón foram repudiadas pelas suas bases.

Ardura, do PCR, concedeu uma entrevista colocando sua posição contrária à de Alderete. Esta é sua política "revo-

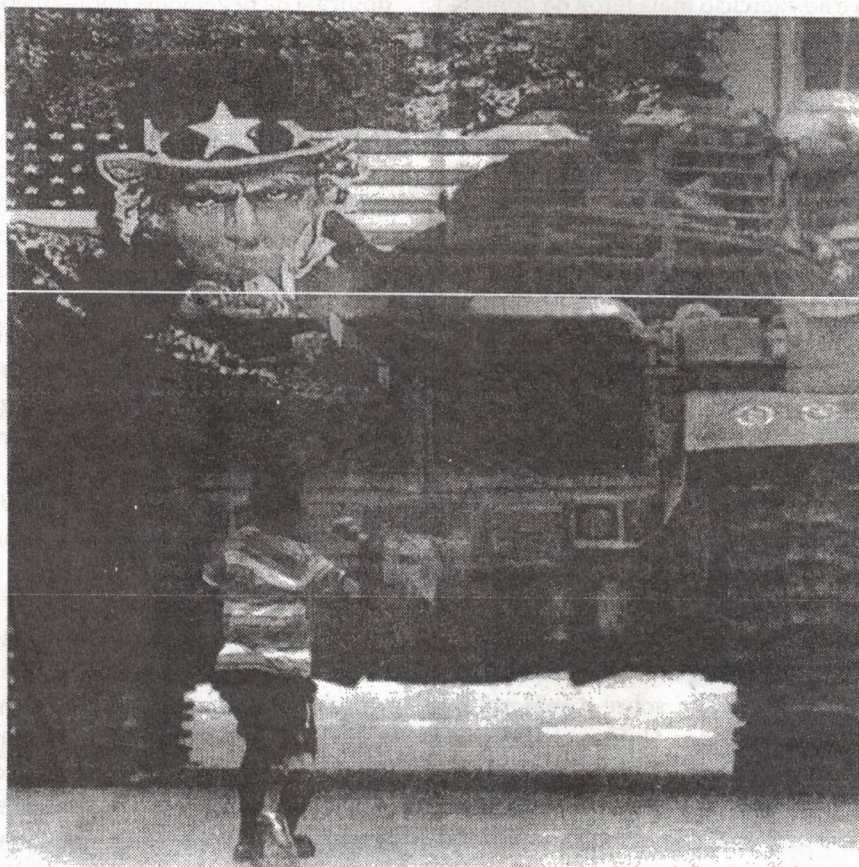
lucionária". Assim utiliza a tática de lavar a cara acusando seus capangas, os desqualifica (característica estalinista), o que importa é ocultar das massas seu caráter pró-burguês, que hoje significa apoio a Duhalde.

O clientelismo político do peronismo e do radicalismo é entremeado pelo CCC. Querem que suas bases se transformem em seguidor fervoroso de seus líderes, em servidoras de seu novo amo. Esta política choca-se com o instinto de classe dos desempregados que, diante de uma posição classista, não duvidam em tomá-la como sua, colocando-se con-

tra a política da direção, como ocorreu no seu segundo congresso nacional.

A despolitização do movimento é a condição para que o CCC possa continuar dirigindo os desempregados. Neste momento, em que apenas se começam a analisar criticamente as posições políticas do CCC, já se colocam contrários a sua política e enfrentam Alderete e quem mais apoiar suas idéias. Esta característica das bases de desempregados determina a importância de tirar um saldo organizativo da luta a partir de seu interior.

(extraído do *Masas* argentino n.º 167 de agosto de 2002)



**Os Estados Unidos necessitam da guerra
Fora o imperialismo do Oriente Médio!
Pôr em pé um movimento
antiimperialista em defesa do Iraque!**